



Anais da Assembléia

Nº 24

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 09 DE ABRIL DE 1975

ANO I

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Accioly Neto

Vice: Waldenício Barbalho

Membros Efetivos:

ARENA — Fabiano Braga Cortes, Accioly Neto, Décio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Rüppel.

M.D.B. — Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho, Enéas Faria, Adalberto Deros

Membros Suplentes:

ARENA — Jurandir Messias, Basílio Zanusso, Wilson Fortes, Jorge Sato, Werner Wanderer, Luiz Alberto de Oliveira.

M.D.B. — Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Otássio Pereira.

Secretário: Rita Celestino Soares.

Reuniões: 4^{as} feiras, após a Sessão Plenária.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente: Quielse Crisóstomo

Vice: Lúcio Machado

Membros Efetivos:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho, Aragão Mattos Leão, Gabriel Manoel.

M.D.B. — Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho.

Membros Suplentes:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Accioly Neto, David Federmann, João Cioni Neto.

M.D.B. — Domício Scaramella, Edilson Alencar.

Secretário: Teresinha Barbosa Moura e Claro.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Presidente: Egon Pudell

Vice: Jayme Rodrigues Carvalho

Membros Efetivos:

ARENA — Egon Pudell, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto

M.D.B. — Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho.

Membros Suplentes:

ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Ivan Rüppel

M.D.B. — José Domingos Scarpelini.

Secretário: Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente: Aragão Mattos Leão

Vice: Ernesto Dal'Oglio

Membros Efetivos:

ARENA — Quielse Crisóstomo, David Federmann, Aragão Mattos Leão

M.D.B. — Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpelini.

Membros Suplentes:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Gabriel Manoel, Ezequias Losso.

M.D.B. — Otássio Pereira

Secretário:

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Nelson Buffara

Vice: Gilberto Carvalho

Membros Efetivos:

ARENA — Wilson Fortes, Jurandir Messias, Gilberto Carvalho.

M.D.B. — Adalberto Deros, Nelson Buffara

Membros Suplentes:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Werner Wanderer, João Cioni Netto.

M.D.B. — Ernesto Gnoatto.

Secretário: Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente: Jorge Sato

Vice: Antonio Facci.

Membros Efetivos:

ARENA — Fuad Nacli, Wilson Fortes, Jorge Sato, Egon Pudell.

M.D.B. — Antonio Facci, Trajano Bastos, Domício Scaramella.

Membros Suplentes:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli

M.D.B. — Walter Pietrângelo, Deni Schwartz.

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Luiz Alberto Oliveira

Vice: Otássio Pereira

Membros Efetivos:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont.

M.D.B. — Ernesto Dal'Oglio, Otássio Pereira

Membros Suplentes:

ARENA — Basílio Zanusso, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

M.D.B. — Lúcio Machado.

Secretário: Marlene Couto de Cristo.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente: Rosário Pitelli

Vice: Nelson Buffara

Membros Efetivos:

ARENA — Jurandir Messias, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

M.D.B. — Edilson Alencar Barbosa, Nelson Buffara

Membros Suplentes:

ARENA — Gabriel Manoel, Egon Pudell, Gilberto Carvalho

M.D.B. — Oswaldo Macedo.

Secretário: Maria Aparecida Amaral

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE POLÍCIA

Presidente: Werner Wanderer

Vice: Jayme Rodrigues de Carvalho

Membros Efetivos:

ARENA — Rosário Pitelli, Werner Wanderer, João Cioni Netto.

M.D.B. — Jayme Rodrigues de Carvalho, Nilso Sguarezi.

Membros Suplentes:

ARENA — Wilson Fortes, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso

M.D.B. — Hélio Manfrinato.

Secretário:

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Basílio Zanusso

Vice: Lineu Turra

Membros Efetivos:

ARENA — Basílio Zanusso, Francisco Scorsin, Luiz A. de Oliveira.

M.D.B. - Lineu Turra, Oswaldo Macedo

Membros Suplentes:

ARENA - Wilson Fortes, João Cioni, David Federmann.

M.D.B. - Walter Pietrângelo.

Secretário: Lélío Guimarães Sotó-Maior.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente: Francisco Escorsin

Vice - Ernesto Gnoatto

Membros Efetivos:

ARENA - Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Basílio Zanusso

M.D.B. - Ernesto Gnoatto, Hélio Manfrinato

Membros Suplentes:

ARENA - Werner Wanderer, Aragão Mattos Leão, Ivan Rüppel

M.D.B. - Domicio Scaramella.

Secretário: José Tavares Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COM

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Presidente: Alfredo Gulin

Vice:

Membros Efetivos:

ARENA - Alfredo Gulin, David Federmann, Fuad Nacli.

M.D.B. - Lineu Turra, Walter Pietrângelo.

Membros Suplentes:

ARENA - Egon Pudell, Jorge Sato, Francisco Scorsin.

M.D.B. - Jayme Rodrigues de Carvalho.

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Maurício Furet, Fidelcino Tolentino, Leo-poldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gil-berto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, José Domingos Scarpe-lini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Ma-chado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Oswaldo Macedo, Otássio Pereira, Quiel-se Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pie-trângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer. (50) achando-ausentes os Srs. Deputados João Cioni Netto, Luiz Alberto Oli-veira e Wilson Fortes. (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nos-sos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 218/74. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 632/65, de autoria do Dep. Arnaldo Busa-to, que cria no Município e Comarca de Francisco Beltrão, o Distrito Administrativo e Judiciário de Jacutinga. Com parecer da C.C.J.

O SR. MUGGIATI FILHO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, re-queiro a V. Exa. que sejam lidas pelo Sr. 1º Secretário as razões do Veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lendo):

"Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº

185/74, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 632/65, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Visa o autógrafo a criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Jacutinga, com sede na localidade do mesmo nome, Município e Comarca de Francisco Beltrão.

3. A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre das disposições do Ato Complementar nº 46, de 7 de fevereiro de 1969, segundo as quais é mantida a organização administ-rativa e judiciária dos Estados e seus municípios, vigente a 31 de dezembro de 1968 e que nenhuma alteração será admitida sem prévia autorização da Presidência da República, ouvido o Minis-tério da Justiça.

4. Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMILIO GOMES - Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE - Em discussão. Encerrada a discussão. - Em votação. - **Aprovado o Veto, rejeitado o Projeto.**

Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lendo):

"Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, que a apreciação do veto parcial aposto pelo Sr. Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 176/74, se faça mediante deliberações distintas para cada uma das disposições a que o Chefe do Executivo negou sanção, isto é, uma votação para as expressões vetadas no Art. 1º e outra para o Art. 2º e seu parágrafo.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1975.

a) IVO THOMAZONI"

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo. - **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 223/74, Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 176/74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que: Concede Gratificação de Produtividade de que trata a Lei nº 6.593/74, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Um mil cru-zeiros), aos ocupantes dos cargos que especifica, da Parte Suple-mentar do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas e da Parte Permanente da Assembléia Legislativa do Estado. Com Parecer da C.C.

Tendo em vista o Requerimento aprovado, faremos a votação desta Proposição em duas partes.

Em 1º lugar as expressões vetadas, no artigo 1º, "e taquígrafos" será votada em 1º lugar e em segundo lugar, o artigo 2º e seu parágrafo.

Então, inicialmente, o artigo 1º: "e taquígrafos". Em discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs.

Deputados. A separação da matéria em duas partes, merece uma observação por parte de nossa Bancada. Com relação a parte em discussão, ou seja, a inclusão das taquígrafas, ou dos taquígrafos entre os funcionários beneficiados pelo artigo 1º, além do parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se estendeu, abordando a matéria com grande judiciedade, nós acrescentaríamos ainda sobre os taquígrafos, o que diz o informativo da Associação Brasileira de Taquígrafos, no seu número 5. "Por sua especialização e alto nível da tarefa executada, os taquígrafos foram enquadrados no nível superior, embora nem todos possuíssem titularidade, ficando disposto que a partir de então seria exigido diploma de curso superior para provimento dos cargos. Antevidendo as dificuldades para um futuro provimento, conseguimos a criação de 12 cargos de Taquígrafo-Auxiliar, que seriam providos mediante titulação de 2º grau, e que poderiam ascender por prova de habilitação ao cargo de Taquígrafo após concluído o curso superior. Ficou, então, o quadro de taquígrafia composto de 26 taquígrafos padrão L9A e 16 taquígrafos-auxiliares, padrão L8A, cuja tarefa primordial seria o atendimento às Comissões Técnicas."

Isso ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul. De modo que, nossa Bancada tem que votar fechada, na rejeição do veto, votando favoravelmente ao projeto, a matéria ora em discussão.

Com relação ao outro ponto votado, ou seja às disposições contidas no artigo 20, parágrafo único, relativamente à gratificação de produtividade, de que trata a lei 6.593/74, passa a constituir adicional aos vencimentos de servidores públicos portadores de nível universitário ou com habilitação técnica profissional. Parágrafo único: para a fixação dos proventos de inatividade serão atendidas as regras estabelecidas no parágrafo 1º do artigo 102, da Constituição Federal."

Tratando-se de matéria de indagação, onde pesam maiores controvérsias, a Liderança declara a Bancada Livre para votar sobre a matéria.

Cada um dos ilustres componentes de nossa Bancada votará de conformidade com a sua consciência e com aquilo que melhor entenda seja consentâneo com a lei e com o sentido de justiça dessa mesma lei. Acredito ter assim definido e esclarecido a posição de nossa Bancada, com relação a essa matéria que reputamos de real importância com relação a produtividade que foi implantada entre o funcionalismo público estadual.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a Proposição nº 223/74.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pretendo ser breve, proque sei que temos só 30 minutos para a realização desta Sessão Extraordinária.

Mas é, Sr. Presidente, que há um dispositivo constitucional, que feve ser, mais do que nunca, nesta Sessão, observado que é a existência de quorum exigido de 2/3 dos Srs. Deputados presentes para a deliberação.

Desejava, face ao pronunciamento de S. Exa. o Sr. Deputado Muggiati Filho que, em nome da Liderança do MDB fixou a posição da ilustrada Bancada oposicionista e que, diante do seu pronunciamento, me permitu fizesse, além do apelo que faço, aos Srs. Deputados do meu Partido da ARENA para que apelassem aos Srs. Deputados do MDB já que a questão está aberta quanto à votação sobre as disposições contidas no art. 2º e seu parágrafo único.

Meu Requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi no

sentido de que a deliberação fosse distinta para cada uma das disposições que o Sr. Governador negou sanção parcial ao Projeto de Lei nº 176/74. Assim sendo, tenho a esclarecer que a Liderança motivada inicialmente pelas ponderações do ilustre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e também sensível aos apelos formulados pelas operosas taquígrafas deste Poder, gestionou, em nome da Assembléia Legislativa do Estado, com o Sr. Governador do Estado e durante as gestões mantidas por mim com S. Exa. fiz com que o Poder Executivo verificasse que a despesa maior com o pagamento da referida gratificação de produtividade a esta operosa classe não significaria nenhuma sangria ao Tesouro do Estado porquanto é reduzido o número dessas servidoras incansáveis do nosso Poder e do Tribunal de Contas, as quais emprestam sua inteligência até com sacrifício de seus outros afazeres uma vez que nem sempre estão sujeitas a um horário pré-estabelecido no exercício de sua função. Finalmente, o Sr. Governador concordou em que atendêssemos à justa pretensão da classe e mantivêsemos a expressão "e taquígrafos".

Devo, só para conhecimento dos Srs. Deputados eleitos pela primeira vez, informar que o Projeto de minha autoria foi sancionado integralmente. A expressão "e taquígrafos" foi em consequência de uma emenda apresentada pelo eminente ex-Deputado Erondy Silvério e com a inclusão de matéria nova que passou a constituir o parágrafo único oriundo de uma emenda apresentada pelo ilustre ex-Deputado Santos Lima. Foi, portanto, matéria nova que o Governo teve que estudar e analisar porquanto havia discutido comigo e concordado com os termos em que a minha proposição estava vasada. O meu Projeto foi apresentado com a aquiescência do Executivo, e portanto, deveria pelo Sr. Governador ser sancionado. Realmente, o Poder Executivo cumpriu o compromisso para com este Deputado, sancionando integralmente nos termos de minha Proposição, vetando as emendas, por se constituir matéria nova.

Faço um apelo para que votem **CONTRA** o Veto que atingiu a expressão "E TAQUÍGRAFOS", mas desejo apelar aos Srs. Deputados que votem pela **MANUTENÇÃO** do Veto quanto as disposições do artigo 2º e do parágrafo único. Neste curto espaço de tempo talvez não me enseje fazer as considerações que devia fazer, e das razões mais sérias da solicitação que faço, mas me proponho em qualquer oportunidade fazê-lo dizendo das razões que levaram o Governador do Estado a vetar as disposições contidas no artigo 2º e no parágrafo único. É um apelo que faço aos meus eminentes Pares da ARENA e também do MDB, já que a questão ficou em aberto.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a Proposição nº 223/74.

Não havendo mais quem queira discutí-la, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que estão de acordo com o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, deverão votar o Projeto em duas sessões, separadamente.

Em votação a expressão "E TAQUÍGRAFOS", do artigo 1º. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o Projeto, queiram permanecer como estão. — **APROVADO o Projeto, REJEITADO o Veto.**

Em votação o artigo 2º e seu parágrafo único. Os Srs. Deputados que **APROVAM** o Projeto, queiram permanecer como estão. **REJEITADO o Projeto, MANTIDO o Veto** na parte do artigo 2º

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela ordem)

Sr. Presidente, creio que houve um equívoco na condução da votação, não por parte de V. Exa. evidentemente, já mais haveria, mas de minha parte pelo menos parece que houve e eu não soube como votar, na hora.

O SR. PRESIDENTE — Sobre Deputado, foi votada a expressão "E TAQUÍGRAFOS". Foi **REJEITADO o Veto**, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições nºs 215/74, 216/74, 219/74, 221/74 e 222/74.

marcando ainda, uma Sessão Extraordinária, para sexta-feira, dia 11, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições nºs 15/75, 19/75, 21/71, 22/75, 24/75 e 25/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Domício Scaramella.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (50); achando-se ausentes os Srs. João Cioni Neto, Luiz Alberto Oliveira e Wilson Fortes (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura da seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Do Sr. OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, Secretário de Estado nos Transportes, comunicando que, face ao contido no Decreto nº 60, de 20 do mês próximo passado, assumiu, acumulativamente, o cargo de Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 179/75, do Sr. EDMUNDO CAPELLA, Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, encaminhando a esta Casa, relatório de atividades e do balanço geral daquela

Fundação, ambos referentes ao exercício de 1974. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 01/75, do Senhor JOÃO PINTO VELOSO, Presidente da Câmara Municipal de Morretes, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

Sob o nº 001/75, do Sr. TAKUMI SHIMADA, Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 209/73, por cinco (5) Sessões.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção de um voto de congratulações pelo lançamento do livro "O DOUTOR AGRÍCOLA", de autoria do Bacharel JOSÉ BRASIL CAMARGO, Economista — Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis e Administração de Empresas de Apucarana e a transcrição nos Anais desta Assembléia, e ainda desta manifestação seja o mesmo comunicado.

Tal pedido, é plenamente justificável, pois o escritor normalmente e de um modo geral, na observação de um determinado setor, ou numa profunda inspiração sobre assuntos do cotidiano, apanha uma caneta e papel, terminando por escrever um livro que muitas vezes agrada plenamente o aficcionado pela obra escrita.

JOSÉ BRASIL CAMARGO, viveu aquilo que ele sabia — escreveu e intitulou "O DOUTOR AGRÍCOLA".

Todavia, para que isto se tornasse real, o tempo de 15 anos foi necessário, para que de ponta a ponta o norte paranaense fosse por ele percorrido, sentindo de perto as dificuldades do pequeno agricultor. Cita ele em sua obra, desde o lavrador que ainda usa na lavoura o arado, a enxada e animais, até aquele que se utiliza dos modernos equipamentos agrícolas.

"O DOUTOR AGRÍCOLA" é uma notável arte para ser lida por todo aquele que ama o nosso território.

Não quero me alongar neste Meu Requerimento, todavia, além de relato claro e corajoso, o livro e o retrato de uma situação que ocorre na zona rural do norte paranaense, mas que se expande a quase todas as regiões brasileiras.

E não deixou de refletir a sua grande preocupação com as atividades que sempre sacrificaram o homem do campo. JOSÉ BRASIL CAMARGO, passou para o papel todo o amor que tem por esta terra querida.

Ler o seu livro é como se estivesse viajando num transatlântico, conhecendo minuciosamente tudo o que nos pertence, principalmente, o nosso norte paranaense, sustentáculo de nossas maiores riquezas.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ciência e aprovação, do Plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo, uste durante o seu mandato, qualquer aumento de tarifa nas cobranças da Telepar, Copel,

e Sanepar, visando desta maneira, beneficiar o povo paranaense, já sacrificado no pagamento destes benefícios.

Semelhante medida, Sr. Presidente, viria provar o caráter humanitário do Sr. Governador, que, desta maneira, propiciaria uma poupança ao bolso do contribuinte já tão onerado com a alta do custo de vida.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja endereçado ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, apelo no sentido de incluir, nos estudos da próxima revisão da organização judiciária, a criação de duas varas cíveis e duas varas criminais na Comarca de Maringá, necessárias ao atendimento da intensa demanda de prestações judiciárias, atualmente muito superior à capacidade dos serviços instalados.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário:

REQUER:

Seja criada uma Comissão Especial de 3 (três) Deputados para junto do Sr. Ministro de Agricultura, SUNAB e CETRIN, visando

1. Criação da 9ª Região Triticícola para o Estado do Paraná;
2. Aumento das cotas de Trigo no Estado do Paraná;
3. Liberação definitiva para moagem do trigo no Estado do Paraná, pelos moinhos coloniais.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1975.

a) LÁZARO DUMONT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembleia Legislativa, o discurso proferido pelo Engenheiro Saul Raiz, ao assumir o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba.

Para tanto, anexa ao presente parte da edição de hoje do matutino "Diário do Paraná", que publica o notável pronunciamento.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando a S. Exa. que se digne a determinar os estudos necessários no sentido de se implantar uma agência do estabelecimento oficial de crédito no município de Pinhalão.

Apesar da importância econômica do Município, seus ci-

dados se ressentem de uma agência bancária, fato que provoca sérios problemas ao comércio, indústria e agricultura locais.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando a instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, no Distrito de Boa Esperança, Município de Pérola.

JUSTIFICATIVA.

Trata-se de sede distrital, distante trinta 30 quilômetros da sede do Município, não dispondo de nenhuma agência bancária e por constituir-se região cafeeira de grande produtividade e de pequenas e médias propriedades, torna-se necessária a instalação de uma agência bancária oficial, visando maior facilidade para os proprietários, arrendatários e mesmo, empregados rurais, na conquista dos créditos agrícolas, imperiosos para o desenvolvimento de suas atividades.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1975.

a) ANTONIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando urgentes providências no sentido de dotar as sedes dos Municípios de Iretama e Roncador - Comarca de Campo Mourão, de serviços telefônicos urbano e interurbano.

JUSTIFICATIVA:

Os municípios de Iretama e Roncador ficam distante 80 oitenta, quilômetros de Campo Mourão, não dispõem de estradas asfaltadas e nem de telefone. Não é admissível que em outras regiões do Estado, nas sedes distritais já contem, inclusive, com serviço de DDD e estes Municípios, que com o Plano de Renovação da Cafeicultura e desenvolvimento da lavoura da soja, receberam um aumento populacional extraordinário, crescendo, consequentemente, suas importâncias na economia do Estado, e continuem isolados, não dispondo sequer de rede telefônica convencional.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1975.

a) ANTONIO FACCI

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, primeiro orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias passados, nesta Casa, denunciávamos a falta de produtividade por parte do Governo do Estado, através de sua Secretaria de Obras, pertinente à Estrada que liga Ponta Grossa a Curitiba. O funil de escoadouro de todo o Paraná, onde convergem todos os Srs. paranaenses e brasileiros que aqui se fazem presentes, por onde passa também a totalidade dos Deputados desta Casa, falávamos também há dias passados com tristeza do passamento de inúmeros companheiros nossos que tragicamente haviam falecido neste trajeto, Curitiba - Ponta Grossa, e pedimos, através de Requerimento a V. Exa., não somente nos, mas diversos Srs. do meu Partido e da Arena, em outras Legislativas, que alguma coisa tinha que ser concretizada em torno deste acu-

mulamento de estradas. Hoje, Sr. Presidente, para tristeza nossa, o companheiro desta Casa, companheiro nosso, de nossa cidade, nosso particular amigo e médico de nossa família e de Ponta Grossa, o nobre Deputado David Federmann foi uma das vítimas desta estrada, e com a graça de Deus, não foi fatal. Estivemos há poucos instantes, juntamente com outros Srs. Deputados visitando o querido parlamentar de Ponta Grossa e temos a satisfação de transmitir que, graças a Deus, o Deputado se encontra em recuperação total e fora de qualquer perigo, mas percebemos que uma coisa concreta, efetiva que aqui somamos, seja do Oeste Noroeste, Este, Norte Novo ou Norte Velho, seja de qualquer rincão do Paraná, uma coisa de positivo, através do atual Governo, seja concretizado.

Quero propor a esta Mesa Executiva, como Requerimento já verificado com este Deputado e outros, esta Mesa Executiva, através da totalidade desta Casa, remetesse a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que pelo menos os acostamentos daqui à minha cidade, fosse efetivado no menor tempo possível, tendo em vista a morosidade deste trabalho faz com que se torne mais perigosa esta estrada.

É preciso fazer com que alguma coisa de positivo seja feito em torno deste acumulado que demanda a toda a região do Paraná.

E pediria com a devida vênias do nobre Líder da ARENA nesta Casa, que somando a totalidade dos homens que aqui representam mais de nove milhões de paranaenses, à totalidade dos Srs. brasileiros que aqui transitam, dos turistas que aqui também demandam por esta estrada, porque nós cuidando da família dos outros, estamos cuidando da nossa própria. E hoje, por infelicidade, a família do Legislativo Estadual foi atingida, e se no dia de amanhã, medidas urgentes não forem tomadas, quem sabe também a família do Executivo na pessoa dos familiares do atual Governo do Estado, possa também ser atingida. E nós, novamente nesta Tribuna, estaremos denunciando fatos como este, que com grande tristeza estamos relatando.

E para evitar que outras famílias não somente do Executivo, mas outras famílias paranaenses e brasileiras sofram aquilo que centenas e milhares de famílias sofreram, queremos neste momento propor a Mesa Executiva, com anuência da ARENA, para que somemos em torno desta causa que não é nossa, mas é uma causa do Paraná.

Agradecendo de antemão o apoio da ARENA, queremos cobrar de S. Exa. o Sr. Governador, o Sr. Secretário de Obras, que este acostamento seja feito com maior brevidade de tempo possível. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos à Mesa, Requerimento de nossa autoria, em termos de apelo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, parece-me assim um pouco difícil que S. Exa. tome esta atitude, mas com a boa vontade e com a compreensão de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, virá colaborar em parte com esta infração desenfreada que ocorre no País há anos atrás.

Nosso Requerimento já foi lido pelo Sr. 1º Secretário, mas vou ter a honra de fazer novamente a leitura: (Lê):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece difícil, mas quero, neste instante, apresentar meu testemunho: a Prefeitura Municipal de União da Vitória que tem à frente o Sr. Alcides Fernandes Luiz, do MDB, ao assumir a Prefeitura, assumiu o compromisso de não aumentar os impostos durante sua gestão.

E é isso que está fazendo. Sabemos nós do aumento das mercadorias, do aumento da mão de obra, do aumento do combustível, mas é preciso que o Poder Público também sacrifique algo em benefício do povo. Porque, aumentar as tarifas da Sane-

par, da Telepar, da Copel, depende da boa vontade de S. Exa. o Sr. Governador junto aos Srs. Diretores e Presidentes dessas companhias mistas, para pôr um paradeiro nesse aumento constante. E também para que o Paraná demonstre ao Brasil que também é possível administrar com bom senso. Porque, em todas as companhias mistas, não só do Paraná, mas do Brasil, a coisa mais fácil é aumentar as tarifas, onerar o bolso do povo. E com o aumento das tarifas da Copel não se aumenta só o consumo da energia elétrica para as indústrias, aumenta o custo da produção, e quem vai pagar é o menos favorecido pela sorte, é o pequeno, é o humilde trabalhador do Paraná.

Esse é um apelo que deixo à Casa, e tenho certeza que, com a aprovação deste meu Requerimento, S. Exa. o Sr. Governador, com sua boa vontade, com seu bom senso, com sua experiência de homem do comércio e da indústria, irá estudar, com carinho este problema, para demonstrar, nos quatro anos de seu governo, que foi possível sustar qualquer aumento das tarifas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio)

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, primeiro orador inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há um velho ditado popular que todos conhecem, que diz o seguinte “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. E mais uma vez, como tantos outros Deputados e como nós mesmos, voltamos à Tribuna no dia de hoje para fazer um apelo aos homens que dirigem a política agrícola brasileira, para que examinem mais uma vez e dêem uma solução ao grave problema da moagem e industrialização do trigo no Estado do Paraná.

Antes de iniciarmos as nossas palavras propriamente ditas sobre o problema do trigo, gostaríamos de pedir o apoio desta Casa para um Requerimento que estamos fazendo, sugerindo a criação de uma Comissão Especial de três Deputados para que, em nome deste Poder, gestione junto ao Sr. Ministro da Agricultura, a SUNAB e a CETRIM e possam discutir soluções para o Paraná:

Primeiro, a criação da 1ª Região Triticola de nosso Estado;

Segundo, aumento de cotas para os moinhos de trigo;

Terceiro, a liberação definitiva para que os moinhos de trigo coloniais possam moer livremente.

Recentemente, ou mais precisamente, no dia 11 de março, fizemos um pronunciamento nesta Casa sobre este mesmo assunto. Inclusive, naquela oportunidade, apresentamos também um Requerimento endereçado aos órgãos que dirigem a política de preços mínimos para a agricultura brasileira, solicitando o aumento e a fixação com antecipação para o preço mínimo do trigo, em nosso Estado, ou no Brasil.

E, ainda hoje, recebemos um recorte de “O Jornal de Maringá”, onde o colunista dizia: “O Deputado Lázaro Dumont foi sempre um intransigente defensor da triticultura do Paraná, hoje se me fôr dada a oportunidade, desejo que Lázaro responda apenas duas perguntas:

Primeiro, se os agricultores paranaenses ficaram satisfeitos com os novos preços fixados pelo Governo e qual a sua opinião;

Segundo, quais as perspectivas quanto às cotas dos moinhos paranaenses de trigo?

Então, sentimos que não é só o Poder Legislativo do Paraná que está preocupado com o problema do trigo em nosso Estado, mas os jornais, os homens da imprensa do Interior também estão unidos nesta luta para que se resolva definitivamente esse problema em nosso Estado. E se me fosse dada a oportunidade de me encontrar com esse colunista, responderia as suas duas perguntas da seguinte maneira:

Primeiro, evidentemente, apesar do aumento do preço do trigo, elevando pouquinho coisa mais de 100 cruzeiros, não esta-

mos satisfeitos. Porque, inclusive, apresentamos nesta Casa um Requerimento solicitando aumento do preço do trigo baseado em estudos dos triticultores e das Federações das Cooperativas de Trigo, e o preço necessário seria de 138 cruzeiros.

Quanto à segunda pergunta, devo dizer que as perspectivas para os moinhos de trigo do Estado do Paraná, eu, lamentavelmente, teria que responder que são as mais negras possíveis. Pois, até agora, não tivemos nenhuma solução para este caso. E gostaria de trazer, para nosso pronunciamento, no dia de hoje, alguns dados que acho de suma importância e que evidenciam a participação do Paraná na produção do trigo do Estado no Brasil.

Vejam, o Paraná, em 67, produzia apenas 17 mil toneladas de trigo com uma participação de trigo nacional de apenas 4,45 por cento;

em 68, 41 mil toneladas, com participação de 10,30 por cento;

em 69, 99 mil toneladas;

em 70, 165 mil toneladas;

em 71, 195 mil toneladas;

em 72, 262 mil toneladas;

em 73, 400 mil toneladas, e atendendo reivindicação e apelo do Sr. Ministro da Agricultura, quando da instalação do Governo Geisel, quando esteve em Curitiba, pediu ao Paraná que produzisse mais trigo. E nosso Estado atendeu esse pedido, saindo de 400 mil toneladas para um milhão de toneladas, o ano passado.

E, esse ano ainda, segundo informações da Secretaria da Agricultura do Paraná, iremos produzir um milhão e meio de toneladas e beneficiar e industrializar somente 137 mil toneladas que são as cotas permitidas pela SUNAB para os moinhos do Paraná moerem.

E, por outro lado, temos, no Paraná, 20 moinhos autorizados pela SUNAB para moer. E esses 20 moinhos tem capacidade para beneficiar 200 mil toneladas. E temos 200 moinhos coloniais com capacidade de moagem de 200 mil toneladas, para que o Paraná possa moer o trigo suficiente para o consumo interno, não há nem necessidade de implantação de novos moinhos no Estado. E os prejuízos que isto vem causando ao Estado do Paraná, além de exportar o produto bruto para São Paulo, depois do beneficiamento volta, é importado de São Paulo para alimento do povo paranaense. E há o prejuízo da falta de farelo de trigo que poderia ser usado na alimentação do rebanho suíno ou gado leiteiro ou mesmo para a Avicultura.

O desperdício de 10 milhões de óleo Diesel e 2 milhões de litros de gasolina que são gastos exclusivamente para o transporte do produto para São Paulo. E ainda temos um aumento substancial do produto industrializado, fazendo com que o bolso minguado do consumidor se torne mais escasso ainda para adquirir o produto. E não é só isso. O próprio Estado do Paraná, que produz o trigo dentro de suas fronteiras, também seus cofres são lesados, pois se o Estado perde mais de 60 milhões de cruzeiros anuais, o Estado tem prejuízo exatamente por essa evasão, ou essa saída do trigo paranaense, porque poderíamos fazer um cálculo e verificar que mais de mil pessoas estariam empregadas nos moinhos de trigo, se fossem dadas mais condições normais para esses moinhos.

Quando uma firma estrangeira ou de outro Estado do Brasil vem ao Paraná dizer que vai implantar uma indústria aqui, que vai criar 200, 300 ou 400 empregos, fazemos tudo para a implantação dessa firma, damos terreno grátis, uma série de incentivos para que se implante no Paraná essa indústria que trará empregos para o Paraná.

Pois, temos uma indústria implantada no Paraná, que precisa apenas de incentivo, porque está cuidando dos interesses do Paraná e que não têm esse incentivo necessário, que são os moinhos que empregam para mais de mil pessoas. Por outro lado, ainda se a SUNAB acha que os proprietários dos moinhos do Paraná vão vender novamente as quotas, porque todos nós sabemos

que há uma diferença entre quota de trigo papel e a produção de trigo?

O Sr. Domício Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado Lázaro Dumont, quero dar meu irrestrito apoio ao seu pronunciamento. Há mais de 2 anos apresentamos também nesta Casa Requerimento dirigido ao Ministério da Agricultura com referência ao aumento da quota do Paraná. Há mais de 10 anos o Governo Federal não olha aos que vivem nesse setor do Estado. V. Exa. falou que em 69 nossa produção era de 17 mil toneladas e agora a previsão para 75 é 1 milhão e meio, por que o interesse do Governo Federal em dar as quotas que V. Exa. falou neste instante, e que foram vendidas? No Sudoeste, sabemos que foram vendidas as quotas de trigo mas o Governo poderia encontrar um meio, de que no momento em que fossem vendidas as quotas, seriam suspensas as quotas a esses maus brasileiros que aproveitaram a oportunidade para receber uma quota do Governo Federal, e depois trocá-la. Era só a troca de papel.

Quero dar meu apoio a V. Exa. e lembrar que há mais de dois anos foi encaminhado desta Casa um expediente ao Sr. Ministro da Agricultura da época que, nem sequer, deu uma simples resposta a este Poder Legislativo.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço o aparte do nobre Deputado e inclusive seu estudo está aqui. Tudo isto aqui são Requerimentos não somente deste Deputado, como do Senador Matos Leão, de vários Deputados Federais, de Associações Comerciais, da Federação de Trabalhadores na Agricultura de Sindicatos Patronais e outros todos endereçados ao órgão competente.

Lembro-me do pronunciamento de V. Exa. que foi em outubro de 1973.

O Sr. Trajano Bastos — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Lázaro Dumont foi da mais alta importância o pronunciamento de V. Exa. no que diz respeito ao trigo do Paraná. Represento, também, região tritícola, região esta em que está localizada uma das maiores Cooperativas Agrícolas deste Estado e quicá deste País.

Parece que há um consenso generalizado neste País, por parte dos técnicos e da alta administração do Governo, de que o Estado do Paraná deverá permanecer sempre como eterno fornecedor de matéria prima. É o caso do trigo que hoje V. Exa., com muita propriedade, levanta neste Plenário.

É inexplicável, como já disse V. Exa., que o trigo produzido neste Estado, justamente nesta época em que se apregoa a economia do combustível, vá em forma bruta e a granel ao Estado de São Paulo e depois volte ao nosso Estado em forma de farinha.

Parece-me que deveria o Poder Legislativo deste Estado, através de sua representação, formar um movimento com objetivos pré-firmados para que se modifique este consenso com relação ao trigo pelos outros Estados da Federação brasileira.

Há dias atrás ocupei a Tribuna relatando o problema da madeira que V. Exa. também conhece.

É maléfica a conduta que se adota contra o Paraná em todos os campos de atividade econômica. Agora, com o problema do trigo, abordado por V. Exa., deverá o Poder Legislativo abrir, mais uma vez, os olhos das autoridades competentes deste País para que olhem com realidade e com justiça, justiça esta que é merecida por parte do plantador de trigo nacional e paranaense. Em última análise V. Exa. sabe disto, que hoje se planta trigo neste Estado, neste País mais por patriotismo do que visando lucro.

Portanto, receba V. Exa. nossos aplausos pelo pronunciamento de grande validade para o Paraná nesta tarde. Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu que agradeço. Como ia

dizendo, lembro-me que na última vez da vinda do ex-Presidente Médici ao Paraná entregamos, naquela oportunidade, um memorial a S. Exa. sobre o problema do trigo, reivindicando exatamente o que estamos trazendo aqui no dia de hoje, que, quando da apresentação que fizemos da documentação e entregamos a ele, lembro-me muito bem que me disse o Presidente Médici — é pena que a minha testemunha já tenha falecido, o ex-Governador Parigot de Souza — disse-me o Presidente Médici: — Para que? Para vocês venderem novamente?

Nestas palavras então, o Presidente Médici traduzia o pensamento que o Governo Federal tem, com respeito ao Estado do Paraná com referência ao trigo.

Então o apelo que nós fazemos daqui é que o Sr. Governador do Estado do Paraná se engaje nesta luta da Assembléia Legislativa. — **Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo**

Recentemente, com muita satisfação, com muita alegria, assisti um noticiário de televisão, em Londrina, quando era entrevistado o nosso Governador, Sr. Jayme Canet Júnior, e ele dizia de que respondendo a um telefonema do Sr. Ministro da Agricultura, afirmava que o Paraná dentro de dois anos nos daria condições a que o Brasil fosse autosuficiente na produção do trigo, ao que respondeu o Sr. Ministro: — No Paraná, nada é impossível!

A única coisa que estamos achando um pouquinho difícil, é a deliberação, a mudança da política do trigo, com referência ao Estado do Paraná.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? (**Assentimento**).

Nobre Deputado, com grande oportunidade V. Exa. traz à Casa mais uma das calamidades que se abatem sobre este Estado. O que o Presidente Médici não disse a V. Exa., Sr. Deputado, foi, quais foram as firmas que compraram as quotas de trigo aqui no Paraná, o que o Presidente Médici não disse a V. Exa., foi, porque estas compras foram efetuadas pelas multinacionais que detêm o monopólio da moagem de trigo neste País.

Não adianta Sr. Deputado — e V. Exa. disse muito bem — estarmos eufóricos com a industrialização, como faz Ponta Grossa que se vangloria de ser a capital do soja no Brasil, se como está aqui na Mensagem do Governador Emílio Gomes, o Porto de Paranaguá no ano passado, — e vejamos bem, em Ponta Grossa instalou-se o maior complexo para o aproveitamento do soja aqui no Brasil — exportou 1.697.085 t. de graneis líquidos, enquanto já em 1973 exportávamos 1.521.672 t., enquanto a exportação de graneis sólidos está aqui na mensagem do Sr. Governador, passou de 1.341.423 t. para 2.673.188 t.. São as multinacionais, Sr. Deputado, que vieram aqui atrás do soja mas que resolveram exportá-lo em grão e não industrializado como o Governo do Estado do Paraná através de suas empresas financeiras, a Prefeitura de Ponta Grossa e o Governo Federal através do BNDE desejavam e desejam, emprestando dinheiro e criando facilidades à SANBRA, à CARGIL e outras para instalar aquele notável complexo industrial.

De nada adiantou, porque a exportação não foi como se esperava, de produto industrializado, e sim, de produto primário. Isto que o Presidente Médici não disse a V. Exa., que infelizmente também o trigo está nas mãos das multinacionais, multinacionais, Sr. Deputado, que são presididas por ex-Ministros deste País e que usaram dos seus cargos para implantar, como implantaram, a NIPON no sistema de telecomunicações brasileiro que hoje é dirigida por um ex-Ministro de nossa Pátria.

Porisso é oportuno que eu venha dizer e é oportuno que todos saibamos que este Paraná está sendo espoliado no trigo, está sendo espoliado no soja, está sendo espoliado na madeira, espoliado no suor de seu povo, suor que o povo pinga neste Estado, mas do qual não brota nada em seu benefício.

Ilustre Deputado, desculpe o meu entusiasmo pelo assunto, mas este povo precisa saber e V. Exa. com grande oportunidades

está trazendo a esta Casa mais uma espoliação que se faz ao povo do Paraná.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço o aparte do nobre Deputado Deni Schwartz e devo dizer a V. Exa. de que quando o Deputado, pelo menos no meu entendimento seja do Partido a que tenho a honra de pertencer, a Arena, ou do MDB, seja de interesse para o Estado do Paraná, ou pelo menos no meu modo de pensar, não trago como crítica danosa, mas trago como problema que desejo seja resolvido e que precisa seja olhado com mais carinho. Quando trazemos os problemas a esta Tribuna, nós enfrentamos, eu e todos os Srs. Deputados enfrentamos lá fora, perguntas seja até como pergunta de jornal, dirigida a mim, ou pergunta quando encontramos os lavradores do interior. No mandato passado, ainda tive oportunidade de trazer sobre o problema um memorial somente da cidade de Toledo, assinado por 2.150 e poucas assinaturas de pequenos proprietários daquela Região, que pediam um conselho para não mais plantar trigo. Evidentemente que nós não queremos chegar a tanto e pedimos a ele um voto de confiança.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (**Assentimento**) —

Ouvi atentamente o discurso de V. Exa. e quero inicialmente cumprimentá-lo V. Exa., de longa data tem se preocupado em denunciar o que todos consideramos discriminação contra o Paraná, não só no setor de produção, como na comercialização e industrialização do nosso produto que é o trigo, mas estranhei que o nobre Deputado Deni Schwartz tenha perguntado a V. Exa. quem comprou as quotas que eram antes de moinhos paranaenses, quando a pergunta devia ser feita de modo inverso, quem vendeu as quotas que eram do Paraná para S. Paulo? Porque nós temos que confessar aqui que faltou espírito eminentemente paranista a certos empresários nossos, porque o Governo Federal, quando distribuiu as quotas para S. Paulo, para o Paraná, para Santa Catarina, para Rio Grande do Sul, ele teve uma preocupação de observar que fossem iguais à quota per capita dos quatro Estados. Ocorre que no Paraná estávamos agregados a S. Paulo na mesma região em termos de comercialização e industrialização, e os nossos industriais de Francisco Beltrão e também em Pato Branco pretendiam enriquecer rapidamente às custas do Governo, depois de terem deferidas as quotas para seus moinhos venderam a industriais de S. Paulo, só as quotas, por verdadeiras fortunas e ficaram os moinhos, que eram registrados na Sunab, como sendo quotas coloniais. Hoje estão, os mesmos que vendam as quotas, pretendendo novas quotas, sem que se proíba, sem que se coíba as comercializações absurdas, desonestas, de uma quota nossa, paranaense, para industriais paulistas. E quando V. Exa. defende da Tribuna a separação, a libertação do Estado do Paraná, a desagregação em termos de região, de comercialização e industrialização com S. Paulo, para que se defira em termos de Paraná uma região como sendo só do Paraná, V. Exa. presta um grande serviço ao Paraná. Porque assim, poderemos proibir então aqueles moinhos que têm quotas deferidas e que estão registrados, impedir que vendam suas quotas. E não interessa se a grupos brasileiros ou estrangeiros, porque o prejuízo é do Paraná, mesmo que se venda a um grupo nacional em S. Paulo, o passeio do trigo continua se fazendo. O encarecimento pelo frete abusivo continua sendo feito. A produção aqui e a industrialização lá, com o farelo usado lá, para as rações em S. Paulo, para a melhoria dos rebanhos lá, com prejuízo do nosso, continua sendo feito.

Então, nobre Deputado, o que o Governo gasta, porque é o Governo que paga o frete do trigo neste passeio do trigo. Nem é o consumidor, nem é o produtor. O frete que o Governo paga, daria para construir uma rede de armazéns e silos neste Estado, sobrando capacidade armazenadora. Então temos que ter também uma suficiente dose de fazermos auto-crítica dos nossos defeitos, dos defeitos do nosso empresariado que ainda se concientizou,

não está ainda possuído do espírito paranista que deveria ter. É verdade que há excessão no nosso empresariado valoroso que nós temos no Paraná. Mas infelizmente, existem aqueles a quem interessa o enriquecimento rápido e ilícito às custas do sofrimento de uma região produtora. Cumprimento V. Exa., apenas fazendo um reparo quanto à pergunta, não de quem comprou, quem vendeu, para que se responsabilizem também esses homens que tiveram nas mãos em favor do Paraná, uma coisa. E se dispuseram abrir mão dela, com prejuízo para o nosso Estado.

Muito obrigado.

OSR. LÁZARO DUMONT – Agradeço o aparte. Deputado Thomazoni, na ilustração que V. Exa. deu a este meu pronunciamento modesto. E quero antes de conceder o aparte ao Deputado Otássio Pereira, falar sobre a distribuição de quotas, por pessoa. Quando em S. Paulo, se tem uma distribuição “per capita” de 70 quilos por ano, o Paraná tem apenas 10. E S. Paulo não chega a produzir nem uma centena de toneladas de trigo.

A gente pode notar que Sta. Catarina e R. Grande do Sul mais ou menos, equivalem em 57 quilos por ano. E se por acaso a SUNAB ainda desejar levantar o problema, vender a quota a outro. Poderia se tomar uma medida também do Governo Federal, dar as quotas em concessão, aos moinhos.

Se os moinhos não viessem mais a produzir trigo, automaticamente, as quotas continuariam da SUNAB.

Mas o que nos batemos primordialmente são por dois fatores, que achamos de suma importância para o Paraná, que é a libertação do Estado de S. Paulo com a região. Graças a Deus se conseguimos a nona região também na Justiça do Trabalho, esperamos agora a nona região com o problema do trigo. Tem o aparte do Deputado Otássio Pereira.

O Sr. Otássio Pereira – Estamos acompanhando par e passo o problema do trigo, e desde ocupávamos uma cadeira na Câmara Municipal de Londrina, muitas das vezes nós apresentamos ali naquela Casa de Leis. Requerimentos pedindo providência às nossas autoridades, e estas providências não chegaram. O nobre companheiro, líder da Bancada da ARENA, disse há poucos minutos que alguns empresários vendiam as quotas da SUNAB. O que é preciso é que se denuncie estes maus brasileiros. É necessário que se denuncie estes maus empresários que receberam quotas da SUNAB, um número “X” de quotas de trigo e as venderam para outras organizações. O que não pode, Sr. Presidente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni e outros Deputados, é continuarem os clamores dos produtores de moinhos coloniais, sem serem atendidos pelas autoridades. Porque, se alguns venderam as quotas, os inocentes não podem pagar pelos pecadores. - **(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio)**

O Sr. LÁZARO DUMONT – Gostaria de dizer que em Maringá há um moinho de trigo fechado e que, se estivesse em funcionamento, seria o segundo em produção, no Estado do Paraná.

Estamos sabendo que o Sr. Ministro da Agricultura irá permitir ao Estado do Paraná que pelo menos a farinha de trigo que será consumida em nosso Estado, aproximadamente 400 mil toneladas, seja moída no Estado. Acontece que os vinte moinhos que tem quotas, têm capacidade para moer cinquenta por cento (50) da farinha. Precisamos que os moinhos que estão fechados voltem definitivamente a moer e a produzir trigo ao Paraná.

Agradeço os apartes dos Srs. Deputados e mais uma vez gostaria de dizer que a nossa intenção no pedido de uma Comissão Especial é para dar mais valor ainda à reivindicação que não é minha e nem dos Srs. Deputados, mas sim do povo do Paraná, para que este Poder que realmente representa os interesses do povo de nosso Estado, possa, em nome deste povo, discutir e votar uma solução para o problema junto às autoridades brasileiras.

Obrigado. – **Sem revisão do orador**

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado VALTER PIETRÂNGELO, segundo orador inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo dar ressonância a uma reivindicação justa de uma extensa e exuberante e sofrida região de nosso Estado e também de que em nossa Pátria, principalmente em suas regiões ainda distantes da civilização, na Amazônia, infiltrações exteriores têm tirado coisas nossas encaminhamos à Presidência da nossa Casa de Leis a matéria legislativa que passamos a ler, reivindicando de meus companheiros o apoio e a solidariedade: **LÊ**

“O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam enviados aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, apelando no sentido de que as obras de abertura e pavimentação da rodovia projetada para integrar os Municípios de Nova Londrina, Loanda, Santa Izabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo e Querência do Norte, atingindo o Porto Caiuá, sejam objetos de prioridade dentro do Plano Rodoviário Estadual, aprovado através do Decreto nº 6.241 de 4 de dezembro de 1974.

JUSTIFICATIVAS:

Levando-se em conta as necessidades atuais de imediata participação do Governo do Estado do Paraná na execução do novo Plano Rodoviário Estadual elaborado dentro das diretrizes preconizadas pela Lei nº 5.917/73, emanadas do Governo Central, estribamos nosso apelo no potencial econômico que o Noroeste representa para o Paraná e para a Nação e formuladas as seguintes considerações:

Tivemos recentemente a oportunidade de, com satisfação e orgulho, traçar o já iniciado percurso da continuação da Rodovia do Café que, dentro em breve, ligará Paranavai ao Porto São José, o que permitirá atingir o mais importante objetivo de sua execução – a ligação com a cidade de Dourados, no Estado do Mato Grosso, carregando ainda os naturais benefícios a aproximadamente 30 por cento da região Nordeste.

Entretanto, opinamos que a ação do Governo Estadual, revista-se de caráter de continuismo, pois o objeto desta nossa reivindicação é a contemplação direta da obra principal que, em seu todo, somada aos pouco mais de meia centena de quilômetros projetados resultará em incalculáveis benefícios, originários que serão da quase triplicação do atendimento às necessidades da área base da malha rodoviária já definida.

Portanto debate-se, luta obstinadamente o Governo Central em procura da total, plena e racional integração econômica, social e política nacional através do desbravamento amazônico, deve, sob pena de crime de omissão, o Governo paranaense dizer presente nesta batalha de real afirmação da nossa soberania, gerindo recursos básicos altamente necessários à contemplação da estrutura rodoviária estadual.

A consecução das obras de abertura e pavimentação da BR-376, ligando Paranavai ao Porto Caiuá, partindo do trevo localizado nas proximidades da divisa do Município de Nova Londrina, atravessando os municípios de Loanda, Santa Izabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo e Querência do Norte é justamente o elo indispensável à formação da “CORRENTE DE INTEGRAÇÃO PARANÁ-SUL DE MATO GROSSO”.

Quando enfatizamos o sobejamento decaando, difundindo o admirável potencial econômico do Noroeste - representado pela exuberância de sua agro-pecuária (LOANDA - Capital do Zebu, Paranavai - Recordista Nacional na comercialização de bovinos), quando nos referimos à importância de melhores condições viárias para o escoamento das safras também acentuadas da agricultura sul - matogrossense, aliada a um extraordinário complexo de extratividade madeireira (em Navirai mais de 30 serrarias despacham diariamente dezenas de caminhões cujas cargas destinam-se a importantes centros consumidores do País),

não desejamos posicionar nosso apelo dentro de um prisma regionalista, circunscrito ao nosso Noroeste e à região sulina matogrossense.

Convencemo-nos da imperiosidade da implantação total da rede rodoviária pretendida como de vital suporte para os chamados "corredores de exportação" haja visto que a realização do projeto em seu "totum" diminuirá sensivelmente os gastos com operações de transporte de mercadorias destinadas aos portos de Paranaguá e Santos e aos centros internos de consumo.

É sumamente indispensável ainda, ressaltar a consequente aproximação, viável sob todos os aspectos, entre o Noroeste paranaense e a região de influência do Município de Ponta Porã, o que nos permitirá também um maior intercâmbio comercial com a República do Paraguai, através da cidade de Pedro Juan Caballero.

A grita dos produtores, das classes empresariais, políticas e administrativas sediadas no Noroeste vem de longa data e hoje é um brado unânime,

Citamos o trabalho reivindicatório que nesse sentido vem executando a Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, a MUNPAR.

O médico Hugo Roberto Accorsi, ex-Prefeito de Loanda, caracterizou-se como porta-voz desse apelo e sua missão pleiteava trazer o referendun político regional necessário.

O Jornalista João Milanez é mais uma voz aliada aos reclamos da Micro-Região 10 e, através de seu jornal, a "Folha de Londrina", conceituado como o principal órgão divulgador do Paraná em Mato Grosso, vem, há muito tempo, engrossando a já enorme fileira dos que, justificadamente, cobram do Governo Estadual, a devida participação no desenvolvimento do Noroeste como pagamento da presença daquela região no enriquecimento do Estado.

Esperamos que o Governador Jaime Canet Junior adote a sistemática administrativa de compensar com obras, os tributos estaduais careados no Noroeste do Paraná.

Seria desumano, injusto, improdutivo e inaceitável que essa fecunda parcela do território paranaense fosse relegada a um segundo plano.

Creemos, convictamente que o Governo Estadual levará em alta conta a validade desse apelo e o ouvirá com a merecida atenção, determinando caráter de prioridade para a imediata implantação da extensão da BR-376 até as barrancas do Rio Paraná, no Porto Caiuá."

Estas as considerações que espero merecer o apoio necessário de Vs. Exas. São reivindicações justíssimas de uma região bastante grande que sofre a perseguição implacável do areíto - a região do Noroeste do Paraná que, de há muito, merece a presença efetiva e marcante do Poder Público para explicar a sua atitude desenvolvimentista. Muito obrigado! - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 134/73, de autoria do Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola, na sede do Município de Castro. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C. I. P. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que isenta da Contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, Servidores Públicos inativos, Civís, Militares e Autárquicos. Pareceres favoráveis da C. C. J. e C. F. -

Sobre o referido Projeto de Lei, há um Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expedi-

ente, solicitando a retirada do mesmo da Ordem do Dia por 20 Sessões.

Em discussão o Requerimento - Encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO - (Para encerrar a votação). Sr.

Presidente, Srs. Deputados.

Observamos no exame feito deste processo legislativo que na sua tramitação, iniciada em 20 de setembro de 1973, obteve o Projeto, pelas Comissões por onde passou, parecer favorável à sua pretensão.

Parece-nos, realmente, que o Projeto se coaduna até com o sentido, que acaba de ser divulgado pela imprensa, dado pelo próprio Presidente da República à Previdência Social no âmbito federal visando a isenção dos benefícios do Instituto Nacional e Previdência Social, INPS, de contribuições para os inativos, para os aposentados digo melhor. Nós, em que pese o respeito que nos merece o Requerimento apresentado pelo Deputado Ivo Thomazoni, ilustre Líder da ARENA e do Governo nesta Casa, não podemos em princípio, concordar com o adiamento desta matéria porque ela já vem se alongando. A rigor já se alongou demais nesta Casa, e naturalmente não foi por culpa do autor do Projeto, o eminente Deputado Maurício Fruet, ilustre 2º Secretário desta Casa. De modo que, em que pese e sem embargo da boa intenção com que se houve o eminente Líder do Governo ao requerer o adiamento que eu entendo seja o seu objetivo, não a retirada da Ordem do Dia, do Projeto, mas, de conformidade com o Regimento Interno o adiamento da discussão do Projeto em 3ª discussão e consequentemente a sua votação, por 20 Sessões, o que representaria simplesmente que neste semestre nós não veríamos mais o Projeto em Plenário.

Agora, gostaria de dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, presumindo ser a preocupação do eminente Líder, de ordem financeira para o IPE com relação ao seu caixa, à sua viabilidade no tocante às suas finalidades, é oportuno que se diga mesmo que o IPE não está em absoluto satisfazendo nem aos inativos e nem aos ativos, eis que, ainda há poucos dias constatei pessoalmente que um funcionário público que necessita de hospital, ele tem que desembolsar uma importância diversas vezes superior a que ele obtém do IPE, para o internamento da esposa ou do filho.

Bem, o problema não é este. O problema que nos interessa é que o IPE deve procurar uma solução de imediato para a sua crise financeira - se é que ela realmente existe, eu acredito que exista Sr. Presidente - porque os funcionários são carecedores, os funcionários públicos do Estado são carecedores, realmente, da Previdência Social em nosso Estado, mas da mesma forma os inativos que por qualquer meio lícito alcançaram a inatividade e lhes é descontado a contribuição já dos parques produtos, provenientes da sua inatividade.

Consequentemente, Sr. Presidente, sem qualquer desdouro para o autor do Requerimento cuja capacidade, cuja boa intenção nesta Casa tem sido festejada por todos os meus eminentes Pares, nossa Bancada votará pela rejeição do seu Requerimento e pela aprovação do Projeto em 3ª Discussão, porque entendemos que é de justiça que se dê aos inativos não uma regalia, mas o direito que lhes pretende assegurar o Projeto em discussão, de autoria do Deputado Maurício Fruet. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação.

Concedo a palavra, para encaminhamento da votação, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente, primeiro a Arena pretende situar-se no que o Plenário terá que deliberar.

Se a liderança estivesse duvidando da autenticidade e até da oportunidade da proposição do eminente Deputado Maurício Fruet, por certo já teria orientado a Bancada para votar contra a matéria. O que a Arena pretende é capacitar-se através de informações que já solicitou para votar bem, para ressaltar que a

Proposição do Sr. Deputado Maurício Fruet venha a causar um desencaixe perigoso, porquanto não tem ainda esta Casa informações do montante descontado dos inativos e pensionistas daquele Instituto. Ontem, ainda, tive a oportunidade de manter uma reunião com o Sr. Superintendente do IPE e solicitei que num prazo curto me fornecesse a situação dos inativos, qual a rentabilidade das consignações em folha, objeto dos descontos para que nós pudéssemos analisar se aquele Instituto está em condições de abrir mão daquelas consignações. Outro fato me preocupa na justificativa deste Plano de Lei, não é outro senão o de colocar os inativos do Estado do Paraná em igualdade de condições com os servidores civis da União. Segundo o Deputado Maurício Fruet, aqueles quando apresentam deixam de contribuir para o Ipase ficando, entretanto, com todos os direitos previdenciários e assistenciais em atividade.

Levantei junto aos organismos federais esta afirmativa do ilustre Deputado Maurício Fruet e devo informar, posso trazer comprovantes de que esta afirmação não corresponde à verdade. Deixa de contribuir para os Institutos aqueles funcionários públicos federais regidos pelo CLT, mas os funcionários públicos continuam descontando para o Ipase. Assim como os funcionários da Caixa Econômica continuam descontando para seu Instituto. Então, estas as providências que a Liderança solicitou fossem fornecidas para posicionar a sua Bancada quanto ao Projeto em deliberação. É possível que o nobre Deputado Muggiati Filho tenha estranhado o fato do adiamento da votação.

Confesso que poderia reduzir para dez Sessões, não pretendo também instituir nesta Casa uma prática dos nossos eminentes comerciantes, vindo das terras sempre tão conturbadas, que regateiam sempre estabelecendo um preço para depois na pechincha deixar pela metade. Mas diante da reunião que mantive ontem, verifiquei que possivelmente no início da semana que vem, eu talvez já tenha as informações. E pretendo com toda a sinceridade de propósitos, que verificada a possibilidade de que o IPE possa arcar com os seus compromissos, abrindo mão desta consignação, é claro que nós votaremos a favor, porque nós da ARENA também entendemos, os inativos além de mal remunerados, têm compromisso para a manutenção e a subsistência de seus familiares tanto quanto os da ativa tem.

Proporia, quem sabe se não de 20 para 10, mas até de 10 para 5 o prazo de Sessões a que este Projeto deva ser retirado da Ordem do Dia. E consultaria, o eminente Líder, Deputado Muggiati Filho, só para que nós tenhamos a aprovação unânime deste Plano de Leis se for o caso, se nós estivermos convencidos da viabilidade, ou então que o rejeitaremos mas, diante de argumentação bem estribada. Dirigo a consulta ao eminente Líder que em função do Regimento não poderá voltar à Tribuna, e nem eu poderei ser apartado, mas também em função de dispositivo, regimental, mas que o Sr. Deputado autor, Maurício Fruet, me permitisse trazer para este Plenário, as informações que pretendo fazer no sentido de que votemos a matéria, depois de devidamente esclarecida. Faço o apelo, e quero que uma semana a mais que é o tempo que poderá retardar a tramitação do Projeto, não haverá de ser naturalmente o que mais poderá pesar no bolso sofrido dos inativos.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, após consultar o eminente autor do Projeto, e os eminentes colegas, adiantamos ao ilustre Líder do Governo, que o MDB concorda com o adiamento de cinco Sessões.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente. Eu sabia que poderia contar com a sempre pronta disposição do eminente Líder e de seus comandados nesta nossa pretensão. Já fiz, Sr. Presidente uma alteração. Onde se lê — 20 Sessões, se lê cinco Sessões — Vale a rasura, rúbrica — Ivo Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após a manifestação, em questão de ordem, do eminente Líder da nossa Bancada, inclito Deputado Muggiati Filho, não haveria mais necessidade da nossa presença para encaminhamento de votação. No entanto, desejávamos apenas frisar neste instante para que Vv.Exas. Srs. Deputados, meditassem que a intenção do Projeto é de um fundo social muito profundo e também meditassem que paralelamente à existência em nosso País, de INPS, de IPASE, de IPE e tantos outros Institutos, existem também Entidades particulares que se dedicam à assistência previdencial e também concedem aposentadoria.

Aqui fica a pergunta: Se estas entidades, têm condições, com simples prazos de carência, até de apenas 10 anos, de pagar uma aposentadoria que varia de três a dez salários mínimos, reajustados automaticamente, sem descontar sequer um centavo após cumprido este prazo de carência, porque não teria condições um órgão previdenciário do Estado, com um número muito maior de associados que descontam importâncias vultosas mensalmente, porque não poderia um órgão previdenciário que tem o respaldo do Governo do Estado do Paraná, atender da mesma forma que Entidades particulares cuja atribuição e cujo campo de ação é muito menor?

Será falta de administração? Não queremos com isto fazer qualquer crítica pessoal aos atuais dirigentes do IPE. O erro talvez esteja na própria lei que criou o IPE. Mas de qualquer forma alguma coisa não está certa e precisa ser corrigida.

Eram as observações que queria fazer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação. Os que aprovam o Requerimento com a retificação para cinco Sessões, fiquem como estão. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 234/73, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhorias, o trecho de estrada da PR-25, que liga a sede ao Município de Tijucas do Sul e Morro do Tigre. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 75/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 250/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Floresta, Ivaí, Kaloré e Palmeira, objetivando o fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** **Aprovado artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 24/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 50/74, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União, por intermédio do Ministério de Educação e Cultura, destinado a aplicação de recursos na expansão e melhoria do ensino. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.I.P., **EM REGIME DE URGÊNCIA** — **Aprovado artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no 229/71, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida, do bairro de Santa Felicidade, nesta Capital. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA** — **Aprovado artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação de duas varas cíveis e duas varas criminais, na Comarca de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo

ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja sustado durante o seu mandato, qualquer aumento de tarifa nas cobranças da Telepar, Copel e Sanepar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja criada uma Comissão Especial composta por três Srs. Deputados, para tratarem de assuntos ligados à triticultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo lançamento do livro "O Doutor Agrícola", de autoria do Bacharel José Brasil Camargo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o discurso proferido pelo Eng. Saul Raiz, ao assumir o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. — **Aprovado. (O discurso acha-se publicado no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a instalação de uma agência do Banestado, no Distrito de Boa Esperança, Município de Perola. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de dotar as sedes dos Municípios de Iretama e Roncador, Comarca de Campo Mourão, de serviço telefônico urbano e interurbano. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado, apelo ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que as obras de pavimentação e abertura da rodovia projetada para interligar diversos municípios do Norte, seja objetos de prioridade dentro do Plano Rodoviário Estadual. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do Expediente da Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam enviadas sugestões aos Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, para implantação da Zooteca em nosso País. — Em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na sessão de ontem, o eminente Deputado Lúcio Machado apresentou e sustentou, desta Tribuna, um Requerimento que solicita o envio de ofícios ao Sr. Presidente da República e Ministro da Justiça, encaminhando sugestão para implantação da Zooteca em nosso País.

Na ocasião, e na apresentação do seu Requerimento, o ilustre Deputado fez, aqui, várias observações a respeito da Loteria Esportiva. Depois, atreve-se ao problema da Zooteca que está para ser implantada em nosso País. Teceu críticas no sentido de que essa é mais uma medida para espoliar o povo brasileiro. Fez sentir que a implantação da Zooteca, em nosso País, viria acarretar maiores problemas para aqueles menos assistidos, que, por certo, assim estará no negócio, gastando 2 ou 3 cruzeiros para aplicação no jogo que prolifera, e, como consequência, criando problemas até mesmo no sentido de não poder dar o mínimo de alimentação em sua casa.

O início ou a explanação da sustentação do seu ponto de vista, está perfeitamente coerente com aquilo que também pensamos e não é de hoje, se luta neste País, ou que se procura o meio de coibir a existência do famigerado jogo do bicho.

Entendo, Sr. Presidente, se alguma medida devêssemos tomar nesta Casa Legislativa, seria no sentido de fazermos apelo, não apenas para que não se implantasse a Zooteca, mas também apelo para que houvesse um sentido de maior rigor, para que se coibisse o jogo do bicho onde ele existe.

Mas não vejo, e depois que ouvi as ponderações do ilustre Deputado do MDB, não vejo e confesso aos Srs. uma razão para

que sejamos contra e façamos encaminhamento de uma sugestão de como deve ser regulamentado aquilo a respeito do qual somos contra.

Todos nós conhecemos, o ano passado pude acompanhar também a tramitação na Câmara Federal de projetos que foram apresentados, um deles por um Deputado Federal da ARENA, outro projeto apresentado pelo Deputado Federal do MDB. Em ambos os projetos, exatamente no mesmo sentido, visavam os autores a regulamentação do jogo do Bicho. Entendo que a posição que venho tomar nesta Tribuna, não é posição partidária, é posição de princípios que deve interessar a todos nós Deputados de ambas as Bancadas, que devem interessar a esta Casa Legislativa.

Daí porque me permiti solicitar para discutir a matéria, para que pudesse vir à Tribuna e para que pudesse endereçar um apelo ao ilustre signatário desse Requerimento que já espôs aqui mesmo seu pensamento, que fez sentir que ele entende o problema cruciante, já deixou sua posição clara, marcada pela implantação do jogo do bicho, ainda que regulamentado. Então, vim à Tribuna, para fazer, primeiramente, um apelo a V. Exa., para que retirasse em definitivo seu Requerimento e poderia contar com nosso apoio no sentido da sua substituição. Que se fizesse um Requerimento pedindo às autoridades para que não permitisse ou para que entendesse da desconveniência da implantação da Zooteca e medidas mais enérgicas fossem tomadas em todo o País, no sentido de se coibir a proliferação da existência do jogo do bicho.

Estaria perfeitamente de acordo, mas não posso entender e não aceito uma posição anti-radical, dando demonstração de que é iniciativa do próprio Governo Federal, que queria implantar a Zooteca, para depois apresentar sugestão com os itens que acompanham o Requerimento, dizendo como se deve fazer. Em alguns destes itens, especificamente no 2 e 4º, faz referência que antes da oficialização e execução da atividade, se elimine a participação de policiais desonestos e banqueiros corruptos, que exerceram ativamente o jogo do bicho por forma clandestina por anos e anos consecutivos.

No item 4º, diz que nas apostas se proceda da forma habitualada pelos apostadores atuais. Entendo, Sr. Deputado, que o momento é de pensarmos, o momento é de examinarmos, o momento é de tomarmos uma posição nesta Casa de Leis, no sentido de que todos nós pensamos como pensou S. Exa., o autor do Requerimento, no início de sua exposição, que temos que tomar posição antagônica, que também não admitimos, como não aceitamos o jogo do bicho, ilegal que é, porque traz especialmente, às camadas mais humildes, a possibilidade de uma participação indevida, inclusive tirando de seus vencimentos, do sustento de sua família, para aplicação na jogatina. Mas, da mesma forma, estaremos sendo incoerentes se admitirmos que possamos traduzir da Assembléia Legislativa do Paraná para o Presidente da República e o Ministro da Justiça na forma como está o Requerimento, uma sugestão no sentido de como se deva regulamentar o jogo do bicho, porque neste Requerimento existe apenas e tão somente uma sugestão de regulamentar, não existe nenhuma posição, não dá nenhum sentido de que somos contrários, não dá nenhum sentido de que os Deputados do Paraná não estão entendendo que deva ser, no momento, regulamentado o jogo do bicho, e nem tão pouco que se deva proceder desta forma.

Deixo meu apelo e estou absolutamente seguro que V. Exa. há de compreender a nossa preocupação, há de entender o porque estamos tomando esta posição. O nosso posicionamento, repito mais uma vez, ilustre Deputado Lúcio Machado, não é um posicionamento político, é um posicionamento que, tenho convicção, corresponde ao pensamento dos companheiros de sua Bancada e dos companheiros da ARENA.

Entendo, pela sua explanação inicial, se V. Exa. acolher nossa sugestão, que faça a retirada de pauta em definitivo desta matéria e volte a esta Casa com um Requerimento que demons-

tre que, evidentemente e efetivamente, não desejamos ou estamos apelando pela não regulamentação da Zooteca, e sim, especialmente, para que se coíba, de forma mais precisa, o nefasto jogo do bicho ilegal. Assim, V. Exa. estará atendendo aos reclamos e ao pensamento dos companheiros da Bancada do MDB e da ARENA, com aquiescência dos Srs. Deputados que compõem esta Casa Legislativa.

E nestes termos, Srs. Deputados, que venho hoje à Tribuna, deixando este meu apelo e esperando que o ilustre autor do Requerimento se entender, poderá se utilizar do aparte ou se desejar poderá se utilizar desta Tribuna, apenas para que entenda nosso objetivo que é sadio e tão somente o de salvaguardar o desejo e o pensamento dos Srs. Deputados desta Casa de Leis. Apenas isto. — (Sem revisão do orador).

O SR. LÚCIO MACHADO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pelo que se vê, pelo que se nota, pelo que se observa, nestes últimos onze anos o Poder Legislativo, em toda a sua estrutura, perde-se no esquecimento de suas Bancadas.

Entendemos perfeitamente o pensamento do nobre Deputado Dácio Leonel, quando quis caracterizar, desta Tribuna, que nós aqui viemos, me forma de sugestão, indicar à Nação Brasileira, ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, uma fórmula eficiente para a instalação de mais um capítulo da contravenção penal oficial neste país.

Sabemos que é decisão da instituição governamental deste País, decisão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de instalar mais uma fonte de contravenção penal, oficialmente, através das lotecas do chamado jogo do bicho; sabendo que esta decisão 99,9 por cento é irreversível, é incontestável, é inconfundível pela força do Poder Legislativo, digamos, como o médico que ao ver que o seu paciente não tem condições de sobreviver, ele, por coerência, e até por respeito profissional, procura aplicar o medicamento, o lenitivo que possa pelo menos mitigar parte da dor, assim somos nós.

O jogo do bicho neste País, é um câncer que vem se juntar a outros cânceres oficiais, que estirpa a economia do empobrecido povo brasileiro mas, já está estabelecido praticamente porque a vontade governamental do Exmo. Sr. Presidente da República.

Entendeu S. Exa. o Deputado Dácio Leonel que quisemos com a apresentação de nossa sugestão, dar apoio integral à instituição do jogo do bicho no País, mas eu não acredito que S. Exa. tenha entendido desta forma, porque a lucidez, a inteligência, a preclaração do povo que tem V. Exa. não lhe deu realmente este entender. S. Exa. quis apenas vir à Tribuna imprimir este Deputado a condição de participante da contravenção penal, mas, aqui, fica esclarecido que veemente combate os erros que se cometem oficialmente no exercício do jogo, para depois apresentar como paliativo deste novo jogo, desta nova máquina de tomar dinheiro do povo, do povo empobrecido deste Brasil.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte ?

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu não permitirei aparte a V. Exa. porque o Regimento Interno não permite.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado, que os apartes são permitidos na discussão do Requerimento.

O SR. LÚCIO MACHADO — Por concessão da Mesa, concedo o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço a atenção de V. Exa. em me conceder o aparte. Eu, quando pensei em pedir o aparte, poderia ter feito pela atenção de V. Exa., mas Sr. Presidente, estou acompanhando o pensamento de V. Exa. e tomei conhecimento do Requerimento apresentado e entendo, pela sua fala, pode-se notar a preocupação que V. Exa. tem no jogo

do bicho e do prejuízo que traz ao País, o caso como V. Exa. diz, esta medida paliativa pode não ser paliativa, pode ser um incentivo e um alento para que cresça cada vez mais. Assim, também levando o nome desta Casa, dando apoio para esta regulamentação é bastante prejudicial e envolverá o nome desta Casa que queira ou não, poderá de forma alguma ser envolvida neste apoio à regulamentação com medidas apresentadas. Entendo muito bem a intenção de V. Exa. e creio que uma medida, um pedido de outra forma, para que o Governo extinguisse de uma vez por todas o jogo do bicho, teria integral apoio nesta Casa. Agradeço o aparte concedido por V. Exa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu é que agradeço a preocupação de V. Exa. Desta forma, pediria que a Mesa fizesse a junta das linhas taquigráficas do meu pronunciamento, antecipando a apresentação do meu Requerimento, pedindo o encaminhamento de sugestão ou de sugestões ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, e pediria ainda, como medida de resguardar a integridade de V. Exa. manifestada a preocupação de relevante importância, que se fizesse à Mesa a correção do meu pronunciamento, pronunciamento de antecipação e de improviso, antes da apresentação do Requerimento, de que se mandasse publicar em todos os jornais de circulação deste Estado, a fim de que não ficasse caracterizada esta preocupação justa do ilustre Deputado, que poderá, no seu pensamento, prejudicar a estrutura deste Poder Legislativo parlamentar, jamais abrirei mão de qualquer concessão para que meu Requerimento seja retirado da pauta, primeiro porque foi ele feito, nascido do pensamento de que não podemos alcançar uma forma de pensamento, de que não podemos alcançar uma forma de fazer com que o pensamento das autoridades federais com relação ao jogo do bicho e possa fazer com que este pensamento tome resolução de não criar este novo jogo no País, nós apresentamos, como já dissemos, como meio paliativo, como meio de pelo menos como segurança da entrada desta ingrata atividade em benefício do próprio povo, que tanto sofre neste País, para que não proceda conforme vem procedendo a loteria esportiva nacional.

O SR. DÁCIO LEONEL — Inicialmente, agradecendo o aparte gentil de V. Exa., devo dizer de princípio, que quando me utilizei desta Tribuna, dirigi-me a V. Exa. e estou convencido disto, os Srs. Deputados são testemunhas, com o maior respeito possível, e tenho a convicção de que em nenhum momento do meu pronunciamento fiz qualquer alusão ainda que à distância, de que V. Exa. pretendesse acobertar ou dar definição de sua posição favorável à implantação do jogo do bicho. Apenas afirmei, Sr. Deputado, de que V. Exa. fez uma explanação desta Tribuna, e com cuja explanação e o seu mérito, eu tinha convicção de que os Srs. Deputados desta Casa estavam perfeitamente acordes.

Apenas dirigi-me a V. Exa. respeitosamente, dizendo entender que a sugestão que estávamos procurando através do seu Requerimento, para a regulamentação do jogo do bicho, ela não deveria ser enviada, e sim, deveria V. Exa., no nosso entendimento, e no apelo que fizemos, isto sim, encaminhar um Requerimento no sentido do qual demonstrasse um apelo e a nossa posição antagônica na regulamentação do jogo, e no sentido também de que se coibisse o jogo do bicho ilegal que ocorre em nosso País.

E apenas, para que V. Exa. tenha a posição exata do Deputado que ocupou a Tribuna. Em nenhum momento, Sr. Deputado, em nenhum momento tivemos a menor intenção de fazer qualquer ligação do seu Requerimento como forma de cobertura, ao jogo do bicho. Queria que V. Exa. entendesse desta forma e não desse uma versão diferente, a que nós demos da Tribuna.

O SR. LÚCIO MACHADO — Respondo a V. Exa. agradecendo o inteligente aparte. Primeiro, na trajetória do meu pronunciamento, não formalizei a S. Exa. qualquer represália que pudesse caracterizar indelicadeza de sua parte. Porque conheço

V. Exa., conheço a sua atitude cortês e delicada, e jamais me dirigiria no sentido de fazer com que as minhas palavras pudessem ser sensibilizado tanta educação e cultura.

Mas, Sr. Deputado, o que não se pode admitir, é que se aconteça no zoológico, o que aconteceu com a loteria esportiva. Nascerdo do apoio integral, até parece, de toda a expressão legislativa do País e que subsiste por quase um decênio, subsiste com o mesmo apoio do nascimento, sem que houvesse contestação ou sugestão para o seu regulamento. E aí está este perigo proliferado crescendo e se aviltando e arrancando, a cada dia que passa, a economia do nosso povo.

Quero que entenda V. Exa. que estou simplesmente procurando defender um direito que já está configurado, dando a ele, revestimento de uma forma que represente pelo menos uma sombra de justiça, que represente um pouco de segurança para o povo brasileiro.

Tem o aparte o Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Eminentíssimo Deputado Lúcio Machado, a intenção de V. Exa. está substanciada no Requerimento agora em discussão.

Gerou, como não poderia deixar de ser, a polêmica que está gerando, exatamente porque a questão é da mais alta indagação, porque a questão é de profunda importância para a vida social do País. A posição de V. Exa. a respeito do assunto nem precisaria ser reafirmada porque já o conhecemos e V. Exa. é frontalmente contra, ao chamado jogo do bicho, que acaba por se constituir, na realidade, em um flagelo social, especialmente para os mais humildes e mais necessitados, transformando-se até num verdadeiro comércio de ilusões para aqueles que, sem outra perspectiva, buscam na sorte ou no azar, a conquista de alguma coisa além de suas possibilidades atuais.

Então, Sr. Deputado, por ser, como disse, polêmica a questão, e por estar gerando — e V. Exa. pode notar da Tribuna — por estar gerando até mesmo dentro de nossa Bancada comentários

e discussões aqui neste Plenário, onde idéias estão apressadamente sendo trocadas em busca de um entendimento comum, em busca de um meridiano para todos nós, exatamente por vir de inopino e não ter sido discutida com mais amplitude, com mais profundidade — e aculpa, reconheço, não cabe a V. Exa. — com mais tempo, por estas razões, embora V. Exa., tenha declarado que se recusa a suspender a decisão do Requerimento, em data de hoje, assim mesmo, em nome das ligações que temos, em nome até mesmo do comprometimento partidário que temos, me atreveria a fazer um apelo a V. Exa. no sentido de que solicitasse a suspensão da discussão, deixando para o dia de amanhã ou para daqui a um ou dois dias a deliberação da matéria. Aduziria ainda com outro argumento que me parece válido em termos de Bancada, principalmente em termos de MDB. Dentro de instantes teremos reunião de nossa Bancada. Embora a pauta já definida, poder-se-ia muito bem levar ao seio da mesma a discussão do Requerimento de V. Exa. e eu me atrevo novamente a dirigir este apelo a V. Exa. no sentido de que por iniciativa de V. Exa. seja procrastinada a votação final do seu Requerimento.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado pelo aparte fundamentalmente aconselhativo e objetivamente certo. Mas, permita-me afirmar, nobre Deputado Enéas Faria, que o nosso Partido tem visto cometimento de erros e estes erros continuam sendo observados por nossa Bancada, em Plenário. Lamento que não possa atender a solicitação de V. Exa. Tomada de posição desta natureza colocar-me-ia em situação de reversibilidade de meu próprio pensamento e se a redação de meu Requerimento não conseguiu a substância de meu pensamento, se ele errou na consequência trajetória de meus objetivos e no contexto, respondo pelos erros e coloco a condição deste Requerimento à apreciação do douto Plenário, submetendo apenas à exigência do aditamento do pensamento anterior à apresentação da sugestão que está em discussão.

Mas voltar à reversibilidade da idéia, declinar à luta que me propus, debandar do objetivo que procurei estabelecer, nunca foi, prezado Deputado Enéas Faria, o meu procedimento.

O veredito está com as duas Bancadas, com a Bancada da Aliança Renovadora Nacional. O veredito que me fôr imposto será por mim recebido exatamente como uma medida da mais alta justiça.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço a atenção de V. Exa.

Lamento, nobre Deputado, que esse Requerimento vá à votação. A fala de V. Exa. está perfeita, tem nosso integral apoio. O pronunciamento de V. Exa. desta Tribuna conflita com o seu Requerimento. Somos contra os termos do seu Requerimento, porque ele oferece sugestão. E quando se oferece sugestão, se oferece uma medida a adotar, é o mesmo que se dar apoio a essa medida. E V. Exa. fala contra a regulamentação do jogo. É por isso que discordamos do seu Requerimento, mas estamos perfeitamente de acordo com a fala de V. Exa. É por isso que o eminente Deputado Enéas Faria, e todos nós, fazemos apelo a V. Exa. que retire o seu Requerimento, porque está havendo um atrito entre a sua fala e o Requerimento que está em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Entendo a preocupação de V. Exa.

E já me mostrei entendido desde o início. Confesso que até mesmo possa ter cometido um erro de expressão no bojo da sugestão apresentada. Mas, entendo que analisando os fatos anteriormente ocorridos, principalmente aqueles que instituíram a Loteria Esportiva neste País, é que encontramos uma única forma de combater, oferecendo sugestões que pudessem revestir, a idéia oficial de, pelos menos, mais um pouco de justiça no exercício ilegal de uma contravenção penal.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Eminentíssimo Deputado Lúcio Machado, penitencio-me de solicitar mais um aparte a V. Exa. Mas, devo declarar que, em momento algum, tive a intenção de fazer com que V. Exa. procedesse uma reversão, ou pior ainda, procedesse uma reversão à sua atitude, ao seu pensamento. Não entendi assim meu aparte, e quero que V. Exa. o entenda. Respeito, como tenho respeitado, o seu procedimento, a atitude de V. Exa. a atuação de V. Exa. como brilhante e valoroso Companheiro que é. Entretanto, nobre Deputado, apenas para arrematar o meu aparte, V. Exa. me permite, que, de resto, todos nós nos manifestamos contrariamente a essa contravenção.

E uma indagação declara do fato agora em discussão, e o pressuposto é verdadeiro: se apresentarmos uma sugestão, se sugerimos é porque, preliminarmente aprovamos. A indagação decorre, nobre Deputado, do seguinte: deixaria o povo, deixaria o humilde, deixaria o sofredor, deixaria o trabalhador de sofrer o que vem sofrendo nas garras dessa ilusão se ela fosse transferida ao Estado? Parece-me que V. Exa., parece-me que esta Casa dispõe de outros recursos, de outras prerrogativas, para, pelo menos, se levantar uma brilhante e formidável luta contra isso. E os instrumentos aí estão: a Comissão Permanente de Política e a própria Comissão Parlamentar de Inquérito. Convém recordar a V. Exa. porque na época exercia minhas atividades profissionais em jornal de Curitiba, e fora destacado para acompanhar os trabalhos. Por volta de 1963, esta Assembleia Legislativa viveu dias memoráveis, viveu episódio formidável na luta titânica procurando acabar, e de vez, com o chamado jogo de bicho. Parece-me que só não se chegou a bom termo, porque outro acontecimento maior ocorreu, impedindo que se desse continuidade àquela Comissão. Quem sabe fosse esse um caminho para a solução do problema, com mais ênfase, com mais força e de maneira, quem sabe, a colocar a pessoal, o prestígio de V. Exa. e desta Casa a favor de uma luta que trará benefícios à coletividade. Agradeço a permissão do aparte e mais uma vez me penitencio.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o brilhante aparte de V. Exa. mas me permito discordar de V. Exa., quando afirma que o jogo do bicho, não oficial, tivesse sido totalmente banido, devido ao trabalho memorável desta Casa. Na realidade o jogo do bicho existiu na constância dos anos, vivendo na ilegalidade, mas a meu ver era menos perigoso do que o jogo do bicho que procura o Governo instituir no País. A justificativa de V. Exa., brilhante, inteligente e oportuna, não pode ser aceita de novo, por isso eu peço e submeto o meu Requerimento à apreciação para que receba o vereditum do Plenário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em Votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — Para encaminhar a Votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Talvez depois do discurso sobre a matéria, não devêssemos mais voltar à Tribuna, porque os apelos foram feitos e com insistência. Mas desejo apenas, no encaminhamento de votação, fazer um apelo aos meus companheiros de Bancada, fazer um apelo aos Srs. Deputados que compõem a Bancada do MDB para que entendamos não estar sendo decidido um problema de ordem política, mas para que não permitam que através desta Casa de Leis nasça uma sugestão que regulamentasse o jogo de bicho e, como consequência definindo nossa posição, definindo a posição dos Srs. Deputados desta Casa.

É o apelo que faço, desde que o apelo anterior para a retirada do Requerimento não foi atendido, que os Deputados votem contra o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. — **Rejeitado.**

A Mesa comunica aos Srs. Deputados que amanhã, às 14,15, o Prefeito de Curitiba fará a sua primeira visita oficial a esta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 75/73, 24/74 e de Lei nº 229/71.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/74.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 288/73 e 28/74.

marcando ainda, uma Sessão para sexta-feira, dia 11, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 70/72, 88/72 278/73, 8/74, 35/74, 87/74, 125/74, 132/74, 134/74, 166/74 e 179/74.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DE AUTORIA DO SR. DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO, APROVADO EM SESSÃO DO DIA 9 DE ABRIL DE 1975.

RAIZ: BAIRROS TERÃO ATENÇÃO PRIORITÁRIA

“É com a mais profunda humildade e gratidão que estou assumindo, hoje, a Prefeitura de Curitiba. Humildemente diante da tarefa que me foi designada, gratidão pela oportunidade que me está sendo concedida de voltar a prestar serviços à minha cidade natal e ao meu Estado”.

“Aqui, Senhores, nasci, cresci e me eduquei. Aqui vivem a minha família e grandes amigos. Aqui nasceram os meus filhos e, com certeza, hão de crescer os meus netos. Nesse momento a minha emoção é tanto maior porque é em todos eles que estou pensando e na enorme responsabilidade que estou aceitando de

contribuir para que o povo curitibano, viva numa cidade cada vez melhor, sempre acolhedora, sempre de braços abertos e amigos, dedicada por seus habitantes ao seu próprio bem-estar”.

“Curitiba é uma cidade privilegiada pela natureza, pela qualidade da população e pelos homens que a tem governado. Principalmente nos últimos vinte anos, tivemos uma sucessão de prefeitos que souberam compreender que não queremos viver numa ecologia típica de megalópolis onde o progresso físico encontra a sua contrapartida na deterioração da qualidade da vida.”

“Ney Braga na Prefeitura, lembrou-nos que a cidade é dos homens. Transformou Curitiba na Cidade de Maior Progresso, do seu tempo”.

“Iberê de Matos, Ivo Arzua, Omar Sabbag, todos à sua maneira, procuraram realizar administrações que traduzissem tal filosofia”.

“Na administração de Jaime Lerner, esta tradição humanística chegou a novos picos, com soluções de repercussão nacional. Jaime Lerner foi chamado a compartilhá-lo no Grande Rio, o que é motivo de orgulho para todos nós paranaenses. A ele, desejamos o maior sucesso possível”.

“As políticas de desenvolvimento urbano só se constituem em respostas autênticas quando aceitam as cidades como elas são para corrigir-lhes as distorções. Sabemos que ninguém tem o “poder de mudar o passado”. É sempre para o futuro que se deve olhar, é sempre o futuro que importa”.

“Curitiba, como toda grande cidade, é um organismo dinâmico, em permanente transformação, de crescimento acelerado. Como toda cidade, ela reflete a sua própria estrutura social. É o meio em que têm lugar os mais agudos problemas e contradições, resultantes naturais do processo de desenvolvimento econômico nacional, estadual e municipal”.

“A nossa cidade avançou muito no sentido de se preservar habitável e humana, de se preparar para um crescimento harmônico ainda maior. Mas ainda há muito por fazer hoje, como sempre haverá muito por fazer no futuro. A obra da administração não se conclui nunca, não se esgota jamais. A cada etapa correspondem a identificação de novas prioridades segundo as circunstâncias em câmbio ou as possibilidades físicas e materiais disponíveis para confrontá-las”.

“No Brasil de hoje, sob a presidência do ilustre general Ernesto Geisel, a preocupação principal, a grande meta do Governo, é o desenvolvimento social, a redução das diferenças na distribuição de renda. Já a Bíblia lembra que para cada coisa há a sua hora. Esse é o segundo momento para que sob a liderança do chefe do Governo e a inspiração do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, o país se empenhe na democratização maior dos benefícios de seu próprio progresso”.

“No âmbito estadual, tal preocupação orienta o Governo Jayme Canet Junior, de cuja equipe me orgulho de pertencer. À mesma filosofia deverá nortear a administração de Curitiba, integrada ao governo do Estado”.

“A nossa cidade conta com dezenas de bairros, nos quais se concentram mais de setenta por cento de sua população. Há alguns com expansão completamente desordenada. Creio ser óbvio a todos nós que chegou o momento de uma maior concentração de esforços e recursos nessa periferia. Se quisermos manter o espírito comunitário que marca as nossas vidas em Curitiba teremos que além de nos preocupar com carinho pelo belo centro da cidade dobrar a preocupação em atendimento das zonas menos ricas. Teremos de promover uma maior harmonia na expansão da nossa cidade, democratizar a aplicação dos recursos o que, no nosso caso, implicará em atribuir prioridade maior no atendimento das necessidades dos bairros onde se concentram as populações menos bem aquinhoadas. As condições para isto terão de ser criadas inclusive por razões de ordem ética e para que se mantenha alta e em elevação a qualidade de vida entre nós”.

"Numa grande cidade como a nossa, a qualidade de vida é indivisível. A contínua prosperidade e o bem-estar de uns depende da prosperidade e do bem-estar de todos".

"Qualidade de vida significa respirar um ar razoavelmente puro, dispor dos serviços de infra-estrutura, tais como: água, esgoto; contar com suficiente equipamento comunitário, tais como: escolar, hospitais, parques recreativos; ter como e onde empregar saudavelmente as horas de lazer e sentir que os agravos problemas dos nossos semelhantes, como é o caso das favelas, estão inteligente e humanisticamente equacionados".

"Urge, com certeza, restabelecer o equilíbrio na qualidade de vida da população urbana. E para isto, não bastam as preocupações somente com os aspectos físicos da cidade. A questão é torná-las mais prósperas, multiplicar-lhes as oportunidades de trabalho e de ascensão na escala social, naquilo que uma administração municipal pode e deve fazer, como é o caso da implantação crescente da Cidade Industrial e da Indústria do Turismo".

"Poucas cidades brasileiras oferecem condições iguais às de Curitiba para a multiplicação das suas indústrias e de todos os campos de atividade econômica. A mão-de-obra é abundante e inteligente, disciplinada e interessada. Acredito que no próximo período, dentro das preocupações do desenvolvimento social, nacional e local, e das perspectivas e expectativas de continuarem elevadas as taxas de desenvolvimento econômico do País tenhamos e possamos atrair para a nossa cidade um maior número de novos empreendimentos. Para isto, sei que contamos com o apoio do nosso ilustre governador, Jayme Canet Jr..

"Só a multiplicação das oportunidades de trabalho tornará mais provável uma ordenação mais inteligente do crescimento da cidade em todos os seus aspectos e recantos. O poder público certamente não faltará com o seu atendimento aos bairros de menor renda. Mas para a dignidade do homem, que é essencial respeitar e preservar, urge que se lhe seja oferecida a possibilidade de ser o principal impulsionador de seu futuro e construtor do bem-estar de sua família".

"Sei quantos paranaenses ilustres como Ney Braga, Maurício Schulmann, Karlos Reichbieter, Ivo Moreira, Reindoldo Stefanes, além de paranaenses honorários como brigadeiro Délio Jardim de Mattos, e tantos outros, hoje na esfera federal, vêm fazendo por nossa cidade, e aproveito para homenageá-los pelas excelentes administrações que vêm desenvolvendo".

"Não esqueço que somos uma cidade de jovens, uma cidade universitária. É também chegada a hora de uma maior integração entre a Universidade e a Administração Municipal, de uma maior cooperação e participação dos jovens na solução de nossos problemas. As questões de uma cidade moderna são múltiplas e complexas."

"Só podem ser enfrentadas e solucionadas através de experiência interdisciplinar, por contribuições de professores, engenheiros e arquitetos, economistas e antropólogos, cientistas físicos e homens de cultura. A todos eles apelo para que observem o meu comportamento, ofereçam as suas críticas e sugestões, marchem ao meu lado porque a cidade, cuja administração estou assumindo é deles."

"Destaco o apoio que sempre darei à Fundação Cultural de Curitiba e às suas promoções, que tanta importância trazem para a nossa Capital."

"Aos funcionários da Prefeitura, origem da minha vida pública, o meu apoio de ajuda e do esforço para bem administrar a nossa cidade."

"A Administração não pode ser separada da política. Disse o ilustre senador Magalhães Pinto, em recente intervenção no Senado, que a política humaniza o Estado. E são os políticos, mais do que ninguém, que interpretam a vontade popular que a nós, administradores, cabe traduzir em obras e fatos concretos."

"Sou um homem da Aliança Renovadora Nacional. Quero permanecer atento às recomendações dos homens de meu partido, que tenho certeza, serão sempre de alto valor social, E sem-

pre quando visarem o bem comum, que acredito será o seu objetivo, também estarei atento às vozes da Oposição onde são inúmeros os meus amigos pessoais. Os vereadores, tenho certeza, reforçarão os olhos e ouvidos da Administração, mantendo aguda a nossa Vigilância. Confio muito nêles. Meu agradecimento especial ao presidente Donato Gulin."

"Esopo, lembrava que "quem se agarra às sombras, corre o risco de perder a substância". Promessas são como sombras, e fáceis de fazer. Nesse momento não são promessas que faço, e, sim, assumo o compromisso de dar o melhor de mim por nossa cidade."

"Agradeço com o máximo carinho, a presença de todos os meus amigos de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades, prometendo que não os decepcionarei."

"Com a ajuda e cooperação de todos vós, só posso confiar que como aconteceu no caso dos meus predecessores, também poderei dizer que fiz o melhor possível, mas nunca o suficiente. Que Deus me ilumine".

DECRETO LEGISLATIVO Nº 173/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 24/75, de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o dispositivo pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de REGINALDO XAVIER BITTENCOURT, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas do ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 174/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1022/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar constar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de haver completado o segundo quinquênio, sem se afastar do exercício de suas funções, em 22 de janeiro de 1973; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da já citada Lei, a partir de 23 de janeiro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO FURET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 175/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 04/75, de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ARMANDO SOICHI IWAYA, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 176/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 15/75, de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NELSON SILVIO SALLES, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 179/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 33/75, de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ARY NATAL CHEMIN, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 180/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 16/75, de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de BLUMER BOSQUILIA, do cargo de nível PL "28", da Série do cargo de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 181/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 81/75, de 7 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 182/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 34/75, de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de BELMIRO MARTIM, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 183/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 230/75, de 13 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial

a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 05 de agosto de 1969 e igual data de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 184/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2488/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, o Decreto Legislativo nº 652/73, de 28 de setembro de 1973, que colocou o funcionário ALCEU ALVES PASSOS, ocupante do cargo de nível PL "23", de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição da Secretaria de Estado da Educação.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 185/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1839/75, de 10 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — dispensar a pedido das funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral o funcionário OPHIR FABELINO DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 11 de março de 1975; e,
II — designar para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral, a funcionária IGLAIR SMANIOTTO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 11 de março de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 186/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 760/75, de 30 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

Art. 1º — O artigo 3º, do Decreto Legislativo nº 409/67, de 31 de julho de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º — Para os fins deste Decreto, consideram-se como no exercício de função de Gabinetes os ocupantes dos cargos de Diretor Geral, Diretores de Departamento, Tesoureiro, Advogados, Economistas, Contadores e Redatores, bem como os servidores que se encontrarem no efetivo desempenho de Assistente Técnico.

Art. 2º — Fica incluída, no Art. 1º, do Decreto Legislativo nº 410/67, de 31 de julho de 1967, a seguinte redação de representação: Redatores..... Cr\$ 1.000,00

Art. 3º — As despesas com a execução deste Decreto, correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 187/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1910/75, de 11 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

dispensar a pedido, ALMIR SANTOS, ocupante do cargo de Advogado PL "28", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Chefe da Seção de Contas, a partir de 20 de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 188/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1910/75, de 11 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, LUIZ RUPPEL BITTENCOURT, ocupante do cargo de nível PL "30", de Advogado, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Chefe da Seção de Contas.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 189/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9995/74, de 27 de novembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

deixar sem efeito o Decreto Legislativo nº 522/74 de 24 de outubro de 1974, que concedeu a LINDAMIR EDIL CARAN, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, licença especial de seis (06) meses, por não haver exercido o direito ao gozo do benefício até esta data e haver desistido de usufruí-lo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 190/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1183/75, de 20 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248,

da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ARISTEU SILVA BERGER, ocupante do cargo de nível PL "30", de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 1º de dezembro de 1966 e 1º de abril de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro decênio e das férias relativas ao ano de 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 191/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 641/75, de 28 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a RICARDO SABOIA KHURY, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, a partir de 1º de fevereiro de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%), de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 192/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1594/75, de 04 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a JOGUIBE MANSUR, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo de Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, a partir de 25 de novembro de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 193/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1761/75, de 07 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o D.L. nº 88/75, de 26 de fevereiro de 1975, na parte a que se refere a ALBERTO MIGUEL, ora à disposição deste Poder Legislativo, que designou, para as funções de motorista, no Gabinete da Presidência,

percebendo a gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5; e, II — atribuir ao funcionário acima citado, para exercer as funções de motorista, na 2ª Secretaria, percebendo gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 194/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2286/75, de 19 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, LÁZARO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e conservação, de nível PL "14", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinete da 3ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1º de março de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 195/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9290/74, de 29 de outubro de 1974, deste Poder,

RESOLVE

transferir proporcionalmente a EVANGELINA DA SILVA SAMPAIO e GENY DA SILVA SAMPAIO, filhas solteiras do ex-Deputado Estadual João da Silva Sampaio, a quota que fora atribuída à beneficiária Maria da Conceição da Silva Sampaio, de acordo com o Art. 4º da Lei nº 4763, de 05 de novembro de 1963, a partir de 09 de outubro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 196/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1907/75, de 11 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, OLENI FERREIRA DE LIMA, ocupante do cargo de nível PL "19", de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Assistência Técnica à Mesa, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1º de março de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 197/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1918/75, de 12 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido o D.L. nº 218/71, na parte a que se refere a LUIZ RUPPEL BITTENCOURT, ocupante do cargo de Advogado, nível PL "30", funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que concedeu o auxílio, fixado em cinco por cento (5%), para compensar diferenças de quebra de caixa.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 198/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1918/75, de 12 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a LUIZ ANTONIO CARON, ocupante do cargo de Advogado nível PL "30", funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o auxílio para compensar diferenças de quebra de caixa, de que se trata o Art. 201, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, fixando-o em cinco por cento (5%), sobre o valor do respectivo vencimento básico, por exercer o cargo em Comissão de Tesoureiro Auxiliar, a partir de 12 de março de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 199/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º — Autorizar o pagamento da gratificação, prevista pelo Decreto Estadual nº 6153, de 21 de julho de 1967, e no disposto no Art. 4º, do Decreto Legislativo nº 68/75, de 20 de fevereiro de 1975, aos funcionários abaixo discriminados, a partir de março de 1975:

ASSISTENTE TÉCNICO

UAHIS ABRÃO TANUS

ADVOGADOS

DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA

ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA

JOÃO CAXIAS URBAN

JORGE MATHIAS JUNIOR

AUXILIAR TÉCNICO

JOSÉ TARQUÍNIO ISFER

LUPERCINA SELEME ROCHA

NILTON BUSATO

REDATORES

AYRTON LUIZ BAPTISTA

ANTONIO CARLOS LACERDA

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

JORGE KUDRI

JOSÉ ARI NASSIF

SAINT'CYR DE OLIVEIRA RODRIGUES

LUCY DE MELLO KEINERT

SOLON FONTOURA RODRIGUES

GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 200/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º — Autorizar o pagamento da gratificação, prevista pelo Decreto Estadual nº 6153, de 21 de julho de 1967, e no disposto do Art. 4º, do Decreto Legislativo nº 68/75, de 20 de fevereiro de 1975, ao funcionário abaixo discriminado:

SECRETÁRIO DE COMISSÃO

ANTÔNIO LACERDA BRAGA NETO

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de abril de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

PORTARIA Nº 136/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 991/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar MARIA DOLORES DOS SANTOS, ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FRANCISCO ESCORSIN.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 137/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1832/75, de 10 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar, JANET DA SILVA SANTOS, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupante do cargo de nível PL "23", de Oficial de Administração, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de março de 1975; e,

II — autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária acima citada, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 138/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1189/75, de 20 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, LUIZ CARLOS MARTINS DE ARAUJO, ocupante do cargo de nível PL "29", de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete

te do Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 139/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1596/75, de 5 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, MANOEL MARTINS DE CASTRO, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado BASÍLIO ZANUSSO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 140/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1101/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

lotar, ALMIR MONTEIRO, ocupante do cargo de nível PL "17", de Escriutário, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 141/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1101/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

lotar, JOÃO MARIA DE FREITAS e ENEDUAR PALLEIRO PINTO NUNES, ambos à disposição deste Poder Legislativo, para prestarem serviços no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 142/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2201/75, de 18 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, WILSON RAMOS, ocupante do cargo de Oficial Legislativo PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 18 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 143/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

estabelecer, o prazo até o dia oito (08), de cada mês, para a Seção de Folhas de Pagamento e Controle Financeiro, para implantar as alterações em Folhas de Pagamento.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 144/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2529/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, NELITA RIBEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível PL "21", de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ora à disposição da Polícia Federal, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, para prestar serviços extraordinários percebendo gratificações correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 145/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2546/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, EDUARD ELIAS THOMÉ, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 146/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2489/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

lotar o funcionário ALCEU ALVES PASSOS, ocupante do cargo de nível PL "23", de Oficial Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Legislativo, na Divisão das Comissões.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 147/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2817/75,

de 3 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ALBA LIGIA ARAUJO E GARCIA, ocupante do cargo de nível PL "28", de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de assessoramento na Liderança da ARENA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 148/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2524/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, ALCIDES ZONATO, ocupante do cargo de nível PL "23", de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 149/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2403/75, de 21 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, MARIA DOLORES TULIO BARVIK, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupante do cargo de nível PL "16", de Auxiliar Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos a partir de 7 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 150/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2553/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, HELENA SILVEIRA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado LEOPOLDO JACOMEL, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 7 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 151/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1761/75, de 7 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria nº 45/75, de 26 de fevereiro de 1975, na parte a

que se refere a ALBERTO MIGUEL, ora à disposição deste Poder Legislativo, que designou para exercer as funções de motorista no Gabinete da Presidência; e,

II — designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, de motorista.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 152/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1907/75, de 11 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, OLENI FERREIRA DE LIMA, ocupante do cargo de nível PL "19", de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 153/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2669/75, de 1º de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, PEDRO ALVARES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Advogado nível PL "30", e JOÃO CAXIAS URBAN, ocupante do cargo de Advogado nível PL "27", ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestarem serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 17 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 154/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1582/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar, LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL "18", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviço na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA; e, II — autorizar, o funcionário acima citado na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos a partir de 4 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 155/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2035/75, de 14 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, OSVALDO FARIA, ocupante do cargo de nível PL "19", de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 3 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 156/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2445/75, de 24 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, LUIZ DOUGLAS FERREIRA, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, MARIA ALVA MENDES SILVA GASTÃO BARBOSA XAVIER, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL "23" e MARIA AMÁLIA CESAR CERCAL DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestarem serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975, na Comissão Geral de Investigações, Subcomissão no Paraná.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 156/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2593/75, de 31 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, RUBERVAL FIGUEIREDO DA SILVA, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 157/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2269/75, de 19 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, JORGE MATHIAS JUNIOR, ocupante do cargo de nível PL "28", de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 158/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2557/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES, ocupante do cargo de Escrivão, nível PL "17", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 160/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2498/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — lotar no Departamento Administrativo, JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, ora a disposição deste Poder Legislativo; e,
II — autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária acima citada, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 161/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2502/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro os funcionários abaixo relacionados a prestarem serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975:

NO GABINETE DA SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA.

LENI SABOIA Chefe de Gabinete
LIDIA MUCHINSKI Auxiliar de Gabinete
MARIA DE LOURDES MALTAURO Auxiliar de Gabinete
ALBARY PEDRO (adido) Motorista

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 162/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1802/75, de 10 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, RONALDO CATARINO e LEÔNIDAS DA SILVA, ambos ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no

Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 163/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2895/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, SEBASTIÃO CARDOSO DOS SANTOS, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 164/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2912/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, ALCEU ALVES PASSOS, ocupante do cargo de nível PL "23", de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 4 de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 165/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 913/75, de 6 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a Portaria nº 25/75, de 26 de fevereiro de 1975, que concedeu trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1973, a partir de 29 de janeiro de 1975, à funcionária CARMEN APARECIDA FREGONEZE, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 166/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2350/75, de 20 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Ad-

vogado nível PL "28", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30), dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 24 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 167/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2643/75, de 1º de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a RUBEN MURILO LEÃO REGO, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL "28", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 1º de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 168/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2404/75, de 21 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, IZOLIA GLISTAU BARRICHELO, ocupante do cargo de nível PL "14", de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 169/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2270/75, de 1º de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, JULIETA ROSA SAMPAIO, ocupante do cargo de nível PL "23", de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 170/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2579/75, de 26 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a NEY RODRIGUES, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença em prorrogação, para tratamento de saúde, a partir de 31 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 171/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1246/75, de 24 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, LIRIO TONETTI, ora à disposição deste Poder Legislativo para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Egon Pudell.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 172/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2561/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder férias coletivas aos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, referentes ao período de 1975, conforme abaixo especificado:

DE 1º DE JULHO A 15 DE JULHO DE 1975

ALBINO DE BRITO FREIRE

PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES

DE 1º DE DEZEMBRO A 25 DE DEZEMBRO DE 1975

CELSO MARIANO DOS SANTOS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 173/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2561/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder férias coletivas aos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, referentes ao período de 1975, conforme abaixo especificado:

de 1º a 30 de MAIO

AGILDES OLIVEIRA MARTINS

ALBERTO SAVOIA ASSEF

ANTONIO CARLOS LACERDA

ANTONIO DA SILVA

AREODIVA MANN DE SOUZA

ARY NATAL CHEMIN

ATILIO PEREIRA DE LIMA

CLEIA CARNEIRO TEIXEIRA

CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA

DELTA DE ALMEIDA CARDOSO

DORIZON SALGADO BUENO

EUMENIA DE OLIVEIRA

GLACI BELICH

HUGO MARTINS KOSOP

JOEL DA SILVA NATAL

JORGE KUDRI

JOSÉ ARI NASSIF

JOSÉ ROSA FILHO

LIGIA MARIA DA SILVA

LADY CUNHA

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

LUIZ FERNANDO FLORES

MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA
MARIA LEONILDA ROCHA
MANOEL PINHEIRO CANGUSSU
MARIA IGNEZIA CAVALARI FAGUNDES
MYRTHES MAGDA GOMES
NEVINHA MARIA PIAZZA CARDOSO
RAUL WOLF
RITA CELESTINO SOARES
ROQUE DE CRISTO
RUTH CARVALHO DE MELLO
RUI RIBAS DE OLIVEIRA
SERGIO ZACARIAS
TEREZINHA RUPPEL GLUCK
WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO

de 1º a 30 de junho

ALMIR MONTEIRO
ALZEMIRO ARTIGAS
ANTONIO CECCON
ANTONIO JOÃO GREBER
ANTONIO MASSUCHETO
AYRTON ALVES ARANHA
AYRTON PRECOMA
BERTOLDO SCHWARZBACH
BOGDANO KARPEN
CARLOS EDUARDO JUNG
CARMEN APARECIDA FREGONEZE
CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTONUNES
ELZA CARNEIRO CAMARGO
EMILIO MAURO BARBOSA
ENIO MEDEIROS
ERNESTO PERACETTA
FRANCISCO BUBNIAK
GENIR DOS SANTOS FERNANDES
GILBERTO DAROS
IBANEZA MENDES SANTOS
IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO
IZABEL DE FREITAS
IZAURA MACIEL FARIAS
JOÃO ANDRÉ CLELE
JOGUIBE MANSUR
JOSÉ ADER
JOÃO CRUZ
JOSÉ GUILHERMINIO FILGUEIRAS
JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAUJO
LEONILDO MARCHIORO
LELIO GUIMARÃES SOTO MAIOR
LILIAN MERI REBELLO
LORIS CORDEIRO DE BARROS
LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASSAL
LUIZ CARLOS CARON GROSSI
LUIZA ZECK VIANTE
LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA
MAIR FAIR PERINE
MARILU FANCHER BECKER
MAXIMINIO CARDOSO
MIGUEL JORGE NASSAR NETO
NELSON ANDRÉ DE ARAUJO
NICANOR DE VASCONCELOS E SOUZA
OLGA MARIA ROCHA ATHAIDE
RONALDO LOPES LINHARES
ROSALINA PEREIRA SANTIN
SAINT'CYR DE OLIVEIRA ROCHA
SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE
SINHORINHA BERNARDI
ZELMA LOPES WOJCIK

de 1º a 30 de julho

ANA CRISTINA DE SOUZA
ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

ANTONIO DOS SANTOS RIBAS
 AYNED MARIA REINERT TISSOT
 AYRTON LUIZ BATISTA
 BLUMER BOSQUILIA
 CELI EUCLETA GALIANO
 CELIA MARIA GRACIA HATSCHBACH
 DILMAR ABILIO ARCEGAS
 DIMITRYA PIRIH MARANHÃO
 EDGAR SANTOS BUQUERA
 ELEOVAN CESAR RIBEIRO
 FAUSTO LUIZ ABRY
 FRANCISCO DRANKA
 GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA
 GILBERTO LAMPARELI DA SILVA
 GIOCHINO SUGAMOSTO
 HENRIQUE WOJCIK
 HILDA GUIMAR ARGUELO
 IRACY DA SILVA RUDNIK
 IZAURA BUENO
 JOÃO FARINHAK
 JOÃO MARIA SERPA
 JONAS DE SOUZA PORTO
 JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO
 JOSÉ CHECHELISKI
 JOSINA PEREIRA
 JUVENAL JAVORSKI
 LAURO ALCÂNTARA MARTINS
 LELINGTON LOBO FRANCO
 LUIZ AUGUSTO CANTADOR
 LUIZ FERNADO DE OLIVEIRA
 LUIZ FRANCISCO FONTOURA
 MADONA SEDILHA LOYOLA
 MARLENE PERRONE LEONARDO
 MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE
 NELSON EMILIO MARQUES
 NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA
 NORBERTO HUCH
 ODHAIR COSMOS
 OLENI FERREIRA DE LIMA
 ORLANDO SABOTTO
 PEDRO LIBERTI
 PLÁCIDO ANTONIO NASCIMENTO
 UMBELINA CARRARO DOS SANTOS
 VALTER ANTONIO MARCHIORATO
 WALTER ADÃO PONTO DE MACEDO
 ZENO PACIORNIK
 ABIB MIGUEL
 ALAIDE MARIA LOFFHAGEN LUZ
 ALCEU RAMOS
 AMAURY SCHIMMELPFENG RAMOS
 BOANERGES DE MENEZES CALDAS
 BRÍGIDA LOBO KOLAROVICS
 CASEMIRO MARQUES
 DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA
 DULCÍDIO CALDEIRA JUNIOR
 EDGAR TÁVORA JUNIOR
 ELIAS PEREIRA
 EMERENTINO DA CRUZ PACCA
 EMILIA DE MIRANDA BECKER
 ELCI DA SILVA BATISTA
 GABRIEL BROTO
 GERSON EVANGELISTA PASSOS
 HAROLDO NASCIMENTO
 IZABEL SANTO OLÁIA LAMAU
 IZAIR PEREIRA FLORES
 JACYRA MACHADO BINI
 JOÃO MARTINS SOBRINHO
 JOSÉ AFONSO COELHO

JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA
 JOSÉ ARI VALÉRIO
 JOSÉ JACOMITTI
 JOSÉ TAVARES DO CANTO FILHO
 JOSEJA KUCEK LEVANDOSKI
 LÁZARA DA SILVA
 LIDIA MUCHINSKI
 LINDAMIR GONÇALVES BORGONOV
 LUIZ CARLOS MONTEIRO
 MARCOS UNIGA
 MARIA ELIZABETE POLI KUROWSKI
 MARIA NEIDE BOZZA STIVAL
 MARIA DO ROCIO BRITO WITOSLAWSKI
 NELSON SILVIO SALLES
 NILCE MACEDO FIGUEIREDO
 OZIRES DE BRITO
 RAFAEL DE LALA SOBRINHO
 RICARDO SABOIA KHURY
 JUDETH SCHOLTZ
 TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO
 VALDECIR NASSAR
 VIDAL VANHONI
 ZENAIDE SILVA FILPO

de 1º a 30 de setembro

ACACIO TAQUES DE ARAUJO
 ANGELINA GARCIA PACHECO
 AURORA RIBEIRO GONÇALVES
 CARLOS DOUGLAS BUKOSKI
 CELSO PARECIDO DE CASTRO
 CENIRA SILVEIRA DA COSTA
 CLARICE FROES DE MIRANDA
 ELENI SILVEIRA PAVLOSKI
 FLODOALDO TRINDADE
 HILÁRIO FREGONEZE
 IGLAIR SMANIOTTO
 IONE CHAVES CAPRILHONE
 IRANI CARINI
 IVETE HENEKEN DRANKA
 IZIDORO CECCON
 JOANA DE LIMA
 JOAQUIM VIEIRA DA SILVA
 JOSÉ ELIAS MARTINS
 JOSÉ ESTEFANO DE BRITO WITOSLAWSKI
 JOSÉ PAULO ORTH
 JULIA JULINSKI DE PAULA
 LUIZ CARLOS GONÇALVES DE CASTRO
 MANOEL MARTINS DE CASTRO
 MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO
 MARIA APARECIDA DO ROCIO GEBRAN DO AMARAL
 MARIA ARANTES DE LIMA
 MARIA LIDIA RATSK
 MARIA DE LOURDES MALTAURO
 MARIA DE LOURDES SANTOS
 MARIA MENEGUSO
 MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL
 MUSSA JOSÉ ASSIS
 NADIR DE OLIVEIRA SANTOS
 NELSON AGUSUTO ARAUJO
 NOIR PACHECO
 OCIREMA STAMM BELLÉ
 OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS
 PAULINA SCHERNER SIMÕES
 PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
 RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI
 REANTO ENGÊNIO REBELLO SCHAITZA
 ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUZ
 RUI FRANCISCO GABARDO
 SERGIO MANOEL POPLADE CERCAL

SÍLVIA PEIXOTO GRANADO
SOLON FONTOURA RODRIGUES
WALTER JOSÉ PEIXER

de 1º a 30 de outubro

ALBA LIGIA ARAUJO E GARCIA
ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES
ALCEU IVO COSTACURTA
ALVARO SERGIO MARAVALHAS
ANDRELINA CORREIA ALVES
BELMIRO MARTINS
CLEMETILDE DELFINA BORTOLON
ELOI MEZZADRI
EMILIO REINOLDO GREBER
ERNESTO GOMES CORDEIRO
HERCULANO CORDEIRO
HILDA MATHIES BLANC
IHOR BARANHUK
IVO GUSSO
JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ
JOSÉ ANTONIO MAINGUE
JOSÉ CARLOS JANJÃO
JOSÉ JACOMITI
JOSÉ RENATO DUARTE
JOSÉ DA TRINDADE
JORGE MATHIAS JUNIOR
JOSIAS MARQUESI
JULIETA ROSA SAMPAIO
LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS
MARLENE PERRY GONÇALVES
MARIA DOLORES TULIO BARVIK
MARIA MOREIRA MACENO
MAURÍCIO GONÇALVES
NEY RODRIGUES
ROSÁRIA DE LIMA AZEVEDO
RUTE DA SILVA LOPES
SIOMARA LOPES GOMIDE
TEREZINHA FORMIGUIERI SIMÕES
VALDOMIRA DEMETERCO PEREIRA

de 1º a 30 de novembro

ALCIDES ZONATO
ALEXANDRE RADICHEWSKI
CECÍLIA KUREK STUART
CENIRA DOS SANTOS FREITAS
DARCI KLIEMANN
DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO
EUTHALIA MARTINS DA SILVA
FLORIPES ALVES BOSCHI
FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI

GERSON NEMES
GILBERTO FELIX DA SILVA
HONORIA CORDEIRO
IGNEZ LITZALESNIOWSKI
ILZA DOS SANTOS LOPES
IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER
JOANA BIASSIO DA CUNHA
JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO
LAERTES LUIZ FOGGIATO
LEONILDA BITTENCOURT
LINDAMIR EDIL CARAN
LUIZ FERNANDO GOTTARDI
LUIZ LIMA
LUPERCINDA SELEME ROCHA
MANOEL AGUIAR FILHO
MANRIQUE GANDARA FILHO
NILTO BUSATO
OLGA POPOVICH
ROBERTO DINIZ SATIRO
RONALDO BAPTISTA
RUBYS DE ZOUZA
RUTE CAMILLO RUSSI
SEBASTIÃO DE CRISTO
SILVIO SEBASTIANI
WILSON RAMOS
VALDEMAR RODA

de 1º a 30 de dezembro

ALCEU VALTER NIEDZWIEDZ
ARACY ZECK
DORIVAL DELLAGASSA
CLARICE SZATKOWSKI
DARCI ANTONIO BUDEL
DURVAL DAROS
FRANCISCO TABORDA RIBEIRO
GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA
ISRAEL DINIZ
JOÃO CAXIAS URBAN
JOÃO FARIAS
JOAQUIM ANTONIO RODRIGUES
JURACY JOSÉ SOMMAVILLA
LUIZ BROTO NETO
MARCIONILIO SANCHO CAMBUY
PAULO DE SOUZA FILHO
SEBASTIÃO BUENO
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR
TABAJARA MARTINS

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de abril de 1975.

a) JOSÉ ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral